



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Ata n.º 9/2024

Sessão Ordinária de 25 de SETEMBRO de 2024

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas, na Sala da Assembleia Municipal - Edifício Eng.^º Duarte Pacheco, deu-se início à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo sétimo do Regimento, presidida pelo Presidente da Assembleia, Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos:

Lista de Presenças: -----

22 Deputados Municipais do PS - Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes (Presidente da Assembleia), Fernando Pereira Marques (1º Secretário), Elisabeta Ecaterina Necker (2ª Secretária), Maria Esteves Ferreira Lourenço, Carlos Manuel Pontes Costa, Adriano Costa Cabrita (em substituição de Vítor Cristiano da Piedade Ferreira), Fábio Miguel Cortes Nobre (em substituição de Pedro de Moraes Lobo Martins Julião), Abel Filipe dos Santos Matinhos, José Miguel Almeida Monteiro, Maria João Carapeto Tavares, Márcio Alexandre Bandeira Fernandes, João Pedro Medeira Cabrita, Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira, José João Magalhães David, Manuel Vitorino Correia Inácio (em substituição de Ana Paula Neto Coelho dos Santos), Joaquim João Pinheiro Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), António Francisco Ferreira Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alto), José Fernando Florinda Carrusca (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), Nelson Joaquim Caetano Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), André Teixeira Correia (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Clemente), Analídio Correia da Ponte (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião); -----

8 Deputados Municipais do PSD - João Carlos Dias dos Santos, Bárbara Maria do Amaral Correia, Miguel Baguinho Coelho (em substituição de Márcio Alberto Morgado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

C. J. Almeida
Pires Rodrigues), André Manuel Rodrigues Dias (em substituição de Cláudia Isabel Martins Mendes); João José Paixão Carvalho Ferreira, Hélder Faísca Guerreiro, Francisco André Pereira Rodrigues (Presidente da Junta de Freguesia de Salir), Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/Benafim);-----

2 Deputadas Municipais do Partido CHEGA - Sandra Marisa Godinho de Oliveira e Castro, Carlos Maria Romba Teixeira Martins (em substituição de Sandra Margarida de Melo Pereira Ribeiro); -----

1 Deputado Municipal do BE - Carlos José da Silva Martins; -----

1 Deputada Municipal do CDS - Isilda Maria Mendes Guerreiro (em substituição de António José Mendes Pinto Farrajota); -----

1 Deputada Municipal da CDU - Carla Sofia Osório Gomes; -----

1 Deputada Municipal do PAN - Ana Luísa Poeta Simões; -----

Também estiveram presentes o **Presidente da Câmara**, Vítor Aleixo, o Vice-Presidente, David Pimentel e os Vereadores, Abílio Sousa, Cláudio Lima (em substituição de Rui Cristina) e Fernando Santos. -----

Não estiveram presentes os Vereadores, Ana Machado, Carlos Carmo, Marilyn Zacarias, Rui Cristina e João Paulo Sousa. -----

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à Sessão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

----- **Ordem de Trabalhos:** -----

1- Período de Intervenção do Público;

2- Período de Antes da Ordem do Dia;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

3- Período da Ordem do Dia;

- a) - Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal e da Situação Financeira do Município, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
- b) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1378-2024 [GAF] - 1ª Alteração ao Contrato Interadministrativo - Gestão de Área de serviços de Autocaravanas do Ameixial, relativo à transferência de verba para a Junta de Freguesia do Ameixial, no valor de 18.980,50 € (dezoito mil, novecentos e oitenta euros e cinquenta céntimos), nos termos do disposto na alínea m) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09; para deliberação;
- c) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1379-2024 [GAF] - 1ª Alteração ao Contrato Interadministrativo - Gestão de Área de serviços de Autocaravanas de Salir, relativo à transferência de verba para a Junta de Freguesia de Salir, no valor de 18.980,50 € (dezoito mil, novecentos e oitenta euros e cinquenta céntimos), nos termos do disposto na alínea m) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09; para deliberação;
- d) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1474-2024 [DMADS] - Declaração de “Inequívoco Interesse Público” relativo à instalação de um Lar de Terceira Idade com a faculdade de ambulatório, cujo promotor é a Sociedade IMBONDEIRO, LLC, nos termos e para efeitos do estabelecido na alínea d) do n.º 3 e do n.º 8 do artigo 88.º - A do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Loulé, na sua versão mais atual; para deliberação;
- e) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1532-2024 [DACP] - Autorização da Alteração da Minuta do Contrato de Concessão de Exploração de um espaço destinado à instalação e funcionamento de um estabelecimento de restauração e bebidas, no Pavilhão Multiusos de 25 de abril, em Almancil; para deliberação;
- f) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1210-2024 [DRU] - Classificação como Monumento de Interesse Municipal da vivenda unifamiliar sita na Avenida



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Ayrton Sena da Silva, n.º 33 no Loteamento Golfe Norte - Quinta do Lago – Freguesia de Almancil; para conhecimento;

- g) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1282-2024 [DPAT] - Proposta de Aprovação da Correção Material do Regulamento Municipal de Urbanização de Edificação de Loulé (RMUEL), após o primeiro momento de identificação e levantamento das normas a desafetar; para conhecimento;
- h) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1324-2024 [DP] - Retificação de anexos que constam na Proposta 1119-2024 [DP] referente à Adoção de Normas Provisórias (Quarteira-Nascente), no âmbito do processo de Revisão do Plano Diretor Municipal - enviar à CCDR Algarve; para conhecimento;
- i) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1574-2024 [DP] - Proposta da Adoção de Normas Provisórias (Quarteira-Nascente) no âmbito do Processo de Revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé. Tomar conhecimento da Ata da Conferência Procedimental e Pareceres emitidos pelas Entidades. Determinar a Abertura do Período de Discussão Pública; para conhecimento;

O Presidente da AML tomou a palavra e disse: Muito boa noite a todos e a todas. Depois de resolvidos os pequenos problemas técnicos de início desta Assembleia, vamos dar início à mesma.

Caros Deputados e Deputadas, senhor Presidente, Vítor Aleixo e Executivo, equipas de Apoio à realização desta Assembleia, Língua Gestual Portuguesa, Audiovisuais, Gabinete de Apoio, cidadãos aqui presentes e que nos acompanham nas redes sociais. Minhas senhoras e meus senhores, a todos muito boa noite.

Vamos então dar início à Sessão Ordinária de setembro de 2024, obrigatória por Lei, até ao final do corrente mês.

Justificaram as suas ausências por motivos pessoais e profissionais, as Vereadoras Ana Machado e Marilyn Zacarias e os Vereadores Carlos Carmo.

Vamos iniciar o Período de Intervenção do Público. Recorda-se que nos termos do Regimento, o tempo máximo para cada intervenção é de 5 minutos. Tivemos 4 inscrições prévias e mais uma feita no início da Assembleia, portanto o tempo para cada intervenção, será de 5 minutos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

[Handwritten signatures]

Entrou-se no Ponto 1 da Ordem de Trabalhos: -----

1- Período de Intervenção do Público; -----

O Presidente da AML disse: Tem a palavra o senhor Filipe Lázaro. -----

O cidadão Filipe Lázaro tomou a palavra e disse: Senhor Presidente, boa noite. Na sua pessoa, cumprimentar todos os presentes, bem como todos aqueles que nos acompanham em casa. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Loulé, em janeiro de 2023 foi apresentada uma queixa contra a implantação ilegal de um conjunto de casas pré-fabricadas na Soalheira com o número 22/23 obras. Este processo esteve 1 ano e 7 meses no Departamento de Fiscalização até que em julho deste ano o processo passou para a Divisão de Edificação. Já lá vão quase 2 anos desde o início da queixa e ainda nada aconteceu. Este atraso que é ridículo, não pode ser apenas imputado à incompetência dos serviços, desconfiamos que por trás disto existe uma vontade política para adiar decisões incómodas e que, por vezes, são impopulares. Esta falta de coragem e de inércia burocrática transforma a Câmara de Loulé, num facilitador de negócios ilegais. O que corre na rua é que a Câmara, fecha aos olhos à construção ilegal devido à falta de casas e o que vemos na prática apenas vem reforçar esta ideia. A mensagem que passa para o exterior é que "o crime compensa". As consequências estão à vista para todos, pois o aparecimento em massa deste tipo de terrenos disfarçados de urbanizações e que apenas beneficiam quem explora de forma ilegal e desregulada este tipo de arrendamento pouco digno e precário, cria clivagens na nossa sociedade e apenas contribui para um processo de favelização contrário aos ideais de dignidade e de progresso a que todos almejamos. -----

O problema da falta de habitação não se resolve com a promoção da construção ilegal, é fundamental que todos os municíipes percebam que a sustentabilidade do nosso concelho, assenta essencialmente, nas receitas de IMI e IMT, especialmente neste, pois estas representam cerca de 68% das receitas correntes da Câmara e que sem elas todos nós, como comunidade, empobreçemos. É preciso dizer a verdade às pessoas, é preciso que cada um de nós entenda que sem estas receitas não haverá dinheiro para pagar salários, fazer estradas, escolas, apoios sociais e desportivos,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

(Handwritten signature)
D.

habitação social, etc. Não haverá dinheiro para quase nada. Esta é a realidade nua e crua que tem que ser contada, pois por este andar dentro de 10 anos o número de casas ilegais poderá facilmente passar o número de casas legais, não é um exagero. Basta ver e acompanhar o crescimento exponencial nestes últimos anos deste tipo de casas e do número de imigrantes legais que representam já 1/3 dos residentes do nosso concelho para chegarmos facilmente a esta conclusão. O futuro não será risonho. Caso não se tomem medidas urgentes para travar esta onda de habitações precárias, ninguém vai querer investir em casas legais para a habitação e arrendamento, ninguém vai querer meter projetos para construção de casas, ninguém vai querer pagar IMI, IMT, mas vai haver muita gente, como já há, a investir em urbanizações de autênticas barracas sem as mínimas condições de salubridade para fins de arrendamento precário e ilegal, pois “o crime compensa”. Esta é a grande verdade que ninguém diz, “o crime compensa”. E com isso vem o empobrecimento, vem as desigualdades de tratamento, vem os problemas ambientais e uma corrida louca à especulação por terrenos agrícolas e casas pré-fabricadas alterando, desta forma, a paisagem urbana do nosso concelho. É o chamado processo de favelização, um verdadeiro retrocesso civilizacional e nós deixamos? Pergunto eu aqui a todos. Tendo apresentado o problema, a solução imediata para o resolver deve passar antes demais por um levantamento de todos os terrenos com casas ilegais no concelho e, após notificação dos proprietários, aplicar a Lei com base em dois princípios. Primeiro, o princípio da punição, que numa primeira fase tem que passar por uma campanha de informação e sensibilização à população sobre as consequências da construção ilegal, como forma de desmontar a informação falsa de legalidade de quem vende este tipo de casas e numa segunda fase atuar com coimas pesadas que demonstrem claramente que “o crime não compensa”.

Segundo, o princípio da integração, que através da implementação de um projeto camarário com casas modulares em terreno agrícola urbanizado com infraestruturas de saneamento, água e eletricidade, onde todos aqueles que moram nestas circunstâncias pouco dignas, pouco dignas volto aqui a frisar, possam ter uma morada com padrões de higiene, segurança e bem-estar, que nos dignifiquem como sociedade e que, através de um pagamento de uma renda, se torne autossustentável. Senhor Presidente, este é um assunto demasiado sério para ser ignorado como tem sido.

O Presidente da AML disse:15 segundos.

Este modelo de “habitação” põe em causa a sustentabilidade das gerações futuras da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

nossa comunidade, por isso é necessária uma intervenção urgente e corajosa, pois ontem já era tarde demais. Muito obrigado senhor Presidente.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Filipe Lázaro, pela sua intervenção. Tem a palavra Helena Baião.

A cidadã Helena Baião tomou a palavra e disse: Muito boa noite, senhor Presidente da Assembleia Municipal, e na sua pessoa, cumprimento os senhores Secretários, os intérpretes de Língua Gestual, som e vídeo e funcionários da Assembleia Municipal. Senhor Presidente da Câmara e na sua pessoa toda a Vereação. Senhores Deputados, comunicação social, público presencial e online.

O Orçamento Municipal de 2024, de acordo com o que está publicado no sítio de internet da Câmara Municipal, teve um valor inicial de 188,2 milhões de euros, existindo no início do ano a integração de outras receitas resultantes maioritariamente do Saldo de Gerência, que o elevaram ao valor final de 248,2 milhões de euros.

Só a título de comparação nacional, Coimbra com 8 Faculdades tem um orçamento de 234 milhões de euros, apenas, inferior ao de Loulé. Isto dito, em Quarteira que tem a maior densidade da população do nosso concelho, cerca de 25.000 habitantes dos 70.000 habitantes de Loulé, no último censo, e em 2021, o PS ganhou as eleições com 13.939 votos dos quais 3933 em Quarteira. Idealmente, a freguesia de Quarteira devia ter recebido dotações e obras públicas na ordem dos 52,5 milhões de euros aproximadamente. É claro que isto é uma metáfora. Mas a cidade de Quarteira está longe de ser tão próspera. Quarteira, que inclui o Belo Paraíso e Marina de Vilamoura, continua a ser o parente pobre na distribuição do maná fiscal que entrega anualmente aos cofres da Câmara Municipal em taxas e licenças, impostos diretos e indiretos, nomeadamente IMI. As infraestruturas de água e esgotos estão obsoletas e totalmente impreparadas para a carga extra dos fluxos de turistas que nos visitam no verão e alimentam a nossa economia na hotelaria, na restauração, no comércio e no emprego.

Este Verão, houve diversas ocorrências com rebentamento de condutas, tanto de água como de esgotos, e numa certa noite de agosto a água que corria na Avenida de Ceuta até à rotunda da Fonte parecia os rápidos do Niágara. Eu e os meus familiares e amigos, os habitantes de Quarteira, numa enorme extensão ficamos privados de água num dia e uma noite tropical e outros viram os seus espaços comerciais inundados de porcaria. Ontem mesmo faltou de novo a água na Quinta do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

[Handwritten signature]

Romão. Alguém nos pode informar o que é que se passa? Porque é que isto acontece em plena época balnear? Quem são os responsáveis que não fizeram o diagnóstico do estado das redes para ser reparado o que já se manifestava precário? E porque é que se fecham as piscinas municipais privando as classes socialmente mais desfavorecidas da utilização desse instrumento de desporto e lazer quando se gastam depois hectolitros de água em perdas de rede? E dizem-nos a nós em grandes parangonas e cartazes para poupar água? Qual a coerência, qual o socialismo, qual a igualdade de oportunidades?

Quanto ao estacionamento. Em 2020 foi inaugurada a segunda fase do Passeio das Dunas e uma bolsa de estacionamento junto à Junta de Freguesia local, com 76 lugares, que estão permanentemente ocupados com viaturas dos servidores públicos da própria Junta de Freguesia. O terreno junto ao mercado que se realiza na Filipe Jonas foi totalmente vedado para a obra de uma famosa empresa de restauração que lá vai abrir. Em julho e agosto, plena época alta, a Câmara Municipal de Loulé promoveu vários espetáculos e encerrou o Passeio das Dunas ao trânsito e estacionamento. Não foi construído até hoje nenhum parque público vertical de estacionamento não tarifado à entrada da cidade, compatível com as necessidades de cerca de 1000 lugares de estacionamento de que a cidade carece. Também não foram desenhados no solo os lugares de estacionamento de forma a evitar abusos frequentes dos condutores na ocupação desse espaço. A mobilidade tem horários incompatíveis...

O Presidente da AML disse: 15 segundos

... com as necessidades das pessoas. Onde é que Vossas Excelências preconizam que nós e quem nos visita estacionemos as viaturas num Algarve cujos transportes públicos são ineficientes? O povo de Quarteira está desesperado. Serve a cidade de Loulé, que a desvaloriza e até impede de progredir. É esta a herança de três mandatos do PS e do Dr. Vítor Aleixo? Obrigada.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhora Deputada Helena Baião. Tem a palavra Fernando Batista.

O cidadão Fernando Batista tomou a palavra e disse: Senhor Presidente da Câmara Municipal de Loulé, senhores Deputados, minhas senhoras, meus senhores e todo o público que estiverem online, muito boa noite.

A razão da minha presença aqui, é mais uma vez na expectativa de obter uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

resposta sobre um assunto que eu dirigi à Câmara Municipal de Loulé, em 21 de março deste ano. Sucede que estive numa reunião de Câmara no dia 29 de julho e prometeram-me que iria receber uma resposta em breve. Acontece que no próximo dia 29, vai fazer 2 meses. Eu não costumo andar nestas andanças, abandonei a política em 1975. De qualquer maneira, quero transmitir às pessoas responsáveis desta Câmara, que contactei 4 entidades para além da Câmara Municipal de Loulé, pelo assunto do processo 7624. Todos me responderam no prazo de 2 meses, todos, e a Câmara Municipal de Loulé vai a caminho dos 6 meses.

Este assunto é um assunto que eu já estou a encaminhar, por Lei naturalmente tenho mesmo que fazê-lo. De qualquer forma quero trazer à ideia de Vossas Excelências o seguinte. Quando o indivíduo sente que foi praticado um furto numa sua propriedade, mas não tem capital financeiro para pagar as despesas de tribunal, as despesas de advogados, e sente que está a ser roubado e lhe dizem para resolver o assunto “dirija-se a um advogado e meta um processo em Tribunal”, a pessoa acaba por desistir. Aliás, isto aconteceu com um familiar meu, onde se passa este assunto. Passado algum tempo, nem imaginava eu que me iria parar à porta um assunto idêntico e com outros aspetos. Sucede que o valor daquilo é muito inferior às despesas do Tribunal. Agora eu pergunto, fez-se o 25 de Abril para quê? Para depois aparecer uns slogans em que diz assim “Comigo ninguém fica para trás” e “Procuramos reduzir as desigualdades”, como eu vi há poucos dias, quando efetivamente há um nicho de pessoas que não pode recorrer à justiça, pois não tem possibilidades, a menos que haja para aí algum processo que nunca ninguém me informou. Agora há um outro aspetto, que acontece com isto, e já aqui ouvi esta noite falar, em algo que se pode inserir nisto, que é o seguinte; aos indivíduos que vêm para este país, parece que com sistemas muito bem organizados, eles chegam a este país eu não tenho nada contra eles pois a minha família também foi emigrante, merecem o devido respeito, agora ao chegarem a este país deve haver um conjunto de regras que eles têm mesmo respeitar, caso contrário ponham-os a andar daqui para fora. Parece que esses grupos, deve haver uns grupinhos muito bem organizados, que sabem os furos das leis, certamente. E então eles usam e abusam porque para os pormos a andar, se os temos legais, temos que gastar dinheiro na justiça.

O Presidente da AML disse: 15 segundos.

Outro assunto, é daqueles senhores, que chegam a este país com a carteira cheia de dinheiro e então arranjam umas terrinhas, umas casas, quaisquer coisas, quaisquer bens e a seguir,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

[Handwritten signature]

O Presidente da AML disse: Eu vou ter que pedir qua conclua porque o seu tempo terminou Fernando. Esta casa está sempre aberta, essa é uma questão que será pertinente voltar a colocá-la noutra altura.

O cidadão Fernando, retomou a palavra e disse: Então muito boa noite, muito obrigado. Espero bem que este alerta seja suficiente para que pelo menos o meu caso dê algum andamento. -Estou-me a sentir, já não digo roubado, mas furtado.

O Presidente da AML disse: Obrigado. Tem a palavra Hildegard Borkent.

A cidadã Hildegard Borkent tomou a palavra e disse: Boa noite senhor Presidente e boa noite a todos. Eu moro cá há 24 anos, no campo, entre Boliqueime e Loulé e com muito prazer, pois gostei sempre muito do campo e de tranquilidade. Agora eu tenho uma empresa imobiliária e estou a vender casas e ensino sempre os meus clientes, "cuidado, vocês querem construir uma casa, mas tem que pedir autorização à Câmara Municipal, têm que ter as licenças em ordem", porque nós não podemos fazer qualquer coisa que seja. Agora, recentemente, bom, não tão recentemente, mas o Senhor Filipe também sabe, na Estrada da Soalheira, eu já fiz uma queixa oficial e agradeço, pois, recebi logo uma resposta da Câmara Municipal, quatro dias depois, já tem um ofício, não sei o que vai acontecer depois, mas eu recebi pelo menos uma resposta. E está lá a acontecer o seguinte, um terreno que estava à venda, de um senhor português que eu conheço, que pedi licença para construir lá uma casa, a Câmara Municipal disse que não se podia construir nesse sítio e ele decidiu vender. Agora, com grande espanto, surgiu lá uma construção ilegal, um pré-fabricado em cima do monte. E lá ao pé da estrada temos já os contadores de luz e sítio para contador da água. Não sei como isto pode acontecer assim.

Tenho uma casa para venda no caminho do Palmeiral, eu estive lá com uns clientes ingleses, muito encantados com a casa, queriam comprar, fizeram uma oferta, que foi aceite, mas passado um mês os clientes voltaram atrás, porque foram dar uma volta na zona, viram todas as coisas a acontecer lá ilegalmente e eles disseram-me que não queriam viver numa favela, não querem aquelas coisas que surgem assim sem controlo. Eu tinha falado aos clientes sobre um terreno ao lado e eles acharam que iria acontecer alguma coisa, eu disse que não, como não tinha uma ruína e desse modo não há nenhuma hipótese de construção lá, porque o terreno é RAN, ou é predominantemente agrícola, não se pode fazer e dei uma certeza ao cliente. Eles investiram e pagaram as taxas, o IMT e o IMI. Construíram também um lindo Loulé,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

que eu gosto muito, Loulé está constantemente a evoluir, e é uma pena acontecer estas coisas. No caminho de Palmeiral, eu acho que temos que parar com isso, é necessário travar quando as coisas estão a acontecer e não anos depois quando as pessoas já estão instaladas. Existe um terreno, onde foram retiradas todas as árvores, na RAN, eu tenho a planta de localização. O terreno está limpo, é só solo, foi feita uma vedação, puseram lá um depósito de água, e vão ser implementadas casas temporárias para as pessoas viverem e eu tenho muita pena dessas pessoas pois toda a gente tem e merece um sítio para viver, mas tem de ser controlado, tem de ser de uma forma mais controlada. Eu acho que a Câmara Municipal tem que intervir agora, quando isto está a acontecer e não quando as pessoas já estão a viver lá no sítio, porque depois é muito difícil tirar pessoas que estão lá há 3 ou 4 anos a viver. De repente, serem expulsos e não é justo, deixar andar sem mais nada e depois de repente têm de ser expulsos. Por isso, quando as pessoas e os moradores alertam, penso que com o apoio de todos os munícipes, conseguimos controlar a situação. Têm de ser tomadas ações para pararem com esta situação. Queria apenas dar voz a nós todos, porque temos aqui mais alguns vizinhos. Esperamos conseguir resolver o assunto e juntos iremos conseguir, vamos superar. Muito obrigado.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado pela sua intervenção e pela clareza da sua intervenção, também. Tem a palavra Domingues Miranda.

O cidadão Domingues Miranda tomou a palavra e disse: Boa noite a todos, senhor Presidente, Presidente da Câmara e a todos os presentes.

Venho aqui manifestar uma situação muito particular que já foi exposta desde há 4 anos à Câmara e ainda hoje quero construir na legalidade e sinto que não sei para que lado me voltar, porque vejo dificuldades em começar ou apresentar um projeto. Tenho um terreno na Almargem, em Quarteira, que está confrontado com duas estradas, uma a Oeste e outra a Este, onde tenho uma ruína construída antes de 1951 e que se encontra num canto do terreno e está praticamente em cima da estrada.

Este terreno tem 3500 metros, já solicitei alteração no requerimento do PDM e já passou este tempo todo e não tive qualquer resposta acerca do ofício. Já consultei as entidades RAN e CCDR, para tentar adiantar o processo e essas entidades direcionaram-me novamente para a Câmara Municipal pois só a Câmara é que teria poder para pedir alteração do solo. Visto que existe uma parte urbana que é única e exclusiva da casa e como casa é pequena eu pretendo ampliá-la. Para além de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

(Assinatura)
ampliar, também gostaria de ter mais área, porque eu tenho duas filhas e gostava que o terreno pudesse fazer mais construção no futuro. Está numa zona urbana e gostaria que a Câmara Municipal olhasse para estes casos, pois estou pendente de uma situação para fazer de forma legal. Ouvi casos aqui antes do meu, que foram faladas aqui de casas ilegais, poderia ter lá colocado também casas ilegais, mas não o quero fazer. Quero fazer uma casa legal ou duas, mas gostaria que esta Câmara Municipal desse andamento ao processo ou que este pedido fosse incorporado na alteração de PDM. Sei que o PDM já era para ter sido validado, até à data ainda não foi, gostaria que pudesse ser mais célere ou que obtivesse uma resposta rápida desta Câmara. E é só, muito obrigado a todos, uma boa noite.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado Domingos Miranda, pela sua intervenção também.

Eu antes de passar a palavra ao senhor Presidente da Câmara, para os esclarecimentos que achar convenientes, não posso deixar de fazer um comentário sobre uma das intervenções desta noite e que me parece que começou a entrar por questões político-partidárias. Ficou muito claro na nossa Assembleia desde o início que o período do tempo não era para utilizar em questões político-partidárias. A Mesa tem permitido a intervenção de Deputados desta casa e deputados substitutos a expor assuntos do seu interesse ou do interesse das populações. Utilizar o período do tempo a fazer balanços político-partidários não parece correto e esta situação irá ser objeto de discussão na próxima Conferência de Representantes.

Posto isto, tem a palavra o senhor Presidente para os esclarecimentos que tiver por convenientes. Tem 15 minutos, senhor Presidente.

O Presidente da CML tomou a palavra e disse: Obrigado senhor Presidente. Espero não os esgotar todos, porque vou repartir ainda com os meus colegas de vereação. Boa noite senhor Presidente, boa noite senhores Deputados, excelentíssimo público, o presente e o ausente, mas a acompanhar os trabalhos.

Vou responder às questões que sucessivamente foram sendo colocadas. Em primeiro lugar, começo por comentar as críticas que foram feitas à proliferação de habitações ilegais no concelho. É verdade, trata-se de um problema grave, nós consideramos que é um problema grave, não podemos iludir essa situação, mas a Câmara Municipal de Loulé não tem deixado sempre de responder com os meios e as ferramentas legais que tem à sua disposição. Tem sido muito rápida a responder? Aí depende das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

situações, mas a verdade é que não estamos, nem nunca estivemos, a dormir sobre o assunto e a prova disso é que ainda no ano 2020, quando começaram a aparecer os primeiros sinais preocupantes relativamente ao número de casas ilegais que eram instaladas em território que não tinha aptidão urbanística, nós, a Câmara Municipal de Loulé, emitiram de imediato um comunicado, aliás bastante extenso, que eu posso disponibilizar a todos os senhores interessados. Estamos a falar no ano 2020. O que é que aconteceu? Aconteceu que fomos criticados, colocaram-nos a questão de onde é que as pessoas iriam viver, mas nós dissemos que estávamos aqui para cumprir a lei e, portanto, não podemos fechar os olhos à habitação ilegal, então construam! A verdade é que a Câmara Municipal de Loulé é dos municípios em Portugal que neste momento apresenta taxas de concretização na sua política habitacional das mais elevadas no país. A Câmara Municipal de Loulé está a construir de iniciativa municipal, e em parceria também e em articulação com empresas privadas em regime de habitação a custos controlados um número bastante apreciável de habitações. Algumas delas estão quase prontas, outras estarão prontas já no próximo ano. As coisas estão a correr muito bem, mas este problema é um problema que acontece em todo o país, está a acontecer em todo o país e nós chamamos a atenção e estamos a aplicar coimas. Agora o que nós não temos a possibilidade é de interferir na celeridade do processo legal que medeia entre o momento em que nos chega a fiscalização, a notícia de que está ali mais uma casa ilegal e nós vamos lá, levantamos um auto de notícia, e depois começa todo um processo que até a ordem de demolição e a não obediência das pessoas que instalam essas casas e à comunicação da Câmara Municipal e ao Ministério Público de crime de desobediência medeia muito tempo, por vezes. Nós temos aqui um processo para penalizar estes comportamentos que não correspondem à Lei vigente e aplicável, um processo muito longo e, aí, nós não podemos fazer nada, é um problema de todos, como aqui foi dito. Há também aqui a necessidade de o legislador alterar aquilo que há que alterar para que não fique a sensação de que o crime compensa porque não compensa, mesmo. Como dissemos no comunicado, essas pessoas que fazem casas ilegais, e que vão sendo muitas, no fim vão ter problemas muito sérios porque não vão escapar à conclusão de um processo legal que vai penalizar um comportamento absolutamente ilegal e intolerável. Não fechamos os olhos, o crime não compensa para nós, estamos absolutamente preocupados e em cima desta situação e fazemos o que podemos. Agora nem tudo depende de nós. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

- J. Sobre Quarteira, foram ditas aqui muitas coisas eu queria apenas cingir-me que sempre existiram roturas na canalização e os serviços consertam e arranjam, leva à interrupção da água, é água que se perde e hoje é muito intolerável nós assistirmos a ruturas de água e à perda de água, sem qualquer utilidade. Mas nós temos os nossos serviços que atuam imediatamente e que fazem o seu trabalho e que reparam essas roturas. Temos feito muitas obras ao longo do concelho de renovação das infraestruturas de distribuição de água, temos poupado muita água também porque a água passou a ser talvez o bem mais precioso que nós temos e o recurso mais limitado e crítico que nós temos para poder ter uma vida normal. As ruturas têm existido, de facto, não têm sido assim tão numerosas como isso e nós temos concertado e temos feito aquilo que nos compete fazer e rapidamente dentro da medida das nossas possibilidades.

As piscinas encerraram dentro dessa política de poupança de água, mas também por ser Verão, pois as piscinas precisam de ser limpas, mas há piscinas ao ar livre que ficam disponíveis. Nós temos aqui que gerir as disponibilidades de água, temos também que proceder a limpezas, temos todo um procedimento de manutenção para que as piscinas possam ter uma boa qualidade e o bom estado de conservação que isso obriga-nos pontualmente e periodicamente a encerrar as piscinas do concelho de Loulé.

Temos aumentado o número de estacionamentos em Quarteira, não chegam, é verdade, mas dentro de pouco tempo teremos um Parque de Estacionamento no Passeio das Dunas novo com 194 lugares, Parque de Estacionamento no Parque Autárquico de Quarteira, como a cidadã Helena Baião referiu, com 78 lugares novos, o Parque de Estacionamento Cupertino de Miranda junto à rotunda com 152 lugares. Em breve, vamos abrir concurso para o futuro Edifício do Mercado e outras valências em Quarteira que só aí estão previstos 367 lugares. Não estou a falar de uma miragem, estou a falar de um projeto que está em revisão técnica para podermos abrir um concurso público internacional dentro de pouco tempo.

E finalmente adquirimos, como sabe, e não tem sido fácil, todo o espaço do Mercado das Quartas-feiras, de mercado de frutas e legumes em Quarteira, onde vamos fazer um projeto para um subterrâneo para um grande Parque de Estacionamento para Quarteira. No Beco do Farol, a Junta de Freguesia, está a fazer já um projeto tem um projeto com mais 50 lugares, um terreno que encontramos e adquirimos no miolo de Quarteira. Portanto, meus caros Deputados, e cidadãos e cidadãs, nós não estamos propriamente parados, nós temos problemas, o território tem uma grande procura,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

cresce muito, há muita gente que chega de novo em condições difíceis, e é difícil para este Executivo ou para qualquer outro responder rapidamente quando todos nós sabemos que qualquer resposta pública exige tempo, projetos, concursos, reclamações, todas essas exigências que não se compadecem com a urgência das situações que muitas vezes surgem de um dia para o outro. Nós temos em vários domínios, se falarmos no Parque Escolar, se falarmos nos equipamentos onde são prestados cuidados de saúde, a habitação também, mas a verdade em que todos estes segmentos da nossa atividade autárquica, o município de Loulé tem respondido e, quanto a mim, tem respondido bem, atendendo às suas possibilidades porque é difícil responder muito melhor tal é a velocidade de mudança e de transformação do nosso território que é um território muito procurado.

Ao cidadão Fernando Batista, foi-lhe explicado que houve um portão que foi construído, reclama que em terreno impróprio, e foi-lhe explicado que essa questão não é uma questão que possa ser resolvida dentro dos serviços que a Câmara Municipal pode prestar, é uma questão que transita para os Tribunais, é uma questão do foro privado, tem que ser dirimida em sede própria que não é esta com certeza. Mas vamos ver mais e vamos aprofundar o assunto.

À cidadã Hildegard Borkent, que vive cá há 24 anos, eu sou o primeiro a lamentar aquilo que está a acontecer, agora é preciso que todos nós tomemos consciência de que este é um problema muito grave, as pessoas vêm e têm que se instalar, não temos resposta imediata e pronta, é uma situação muito difícil e, portanto, estamos a lidar com estes problemas neste momento, estamos a resolver o assunto, mas não é fácil resolvê-lo, temos que ir abordando a situação e tentando encontrar as respostas possíveis.

Sobre as dificuldades em construir e ampliar uma ruína no Almargem, isso tem a ver com o enquadramento legal e urbanístico, quando um projeto é apresentado na Câmara tem de ser analisado à luz desse enquadramento legal, se não foi possível é porque os serviços não têm base legal para isso. Se tem a expectativa de que o PDM vai mudar e vai mudar dentro de poucos meses e havemos de ter um PDM novo, agora se ele vai mudar no sentido de contemplar aqueles que são os seus interesses que segundo percebi pretende ampliar uma ruína vamos ver pois eu não conheço o caso em concreto, mas pode pedir uma reunião aos serviços ou mesmo comigo. Não vale a pena porque aqui não é propriamente um espaço para diálogo.

Ainda há tempo? Para usar da palavra o senhor Vice-Presidente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O Presidente da AML disse: Senhor Vice-Presidente, tem a palavra. -----

O Vice-Presidente, David Pimentel tomou a palavra e disse: Muito obrigado senhor Presidente, na sua pessoa, permita-me cumprimentar todos os presentes e quem nos segue, através das redes digitais. -----

Apenas duas breves notas, o Presidente partilhou que em breve haverá um concurso de habitação de renda apoiada e renda acessível, será lançada habitação de iniciativa municipal, será de 150 fogos de habitação, essa informação que vem hoje e está no Relatório que vem hoje a esta Assembleia, no Relatório de Atividades do Município o que faz um aumento em 50% da totalidade da habitação municipal de gestão deste município, portanto, são mais de 150 fogos a adicionar aos atuais 300 que temos e é um aumento substancial. Essas habitações serão atribuídas ao longo do próximo ano. Houve aqui uma correlação estabelecida entre a habitação e as questões da habitação modular e das habitações que estão a surgir com ou sem licenciamento e com uma preocupação no IMI e no IMT. É absolutamente válido até porque é de facto absolutamente essencial os valores do IMI e do IMT na nossa gestão orçamental, em tudo o que nós podemos fazer para a nossa comunidade, mas queria só dar uma nota, até porque o Presidente sinalizou em 2020 foi uma das alturas que mais firmemente intervimos sobre estas casas ilegais ou sobre construções que não estão licenciadas para tal. Desde 2020 a 2023 o valor do IMI estava estabilizado em 28 milhões de euros, o ano passado tivemos 29,5 milhões de euros, portanto, não houve nenhuma alteração neste indicador financeiro. No IMT, que em 2020 cifrava-se em 44 milhões de euros, no ano passado foi de 75,8 milhões de euros e este ano continua a progredir. Essa correlação não existe estatisticamente durante este período de análise, mas não quer dizer que não tenhamos de ter a preocupação permanente em relação à gestão e ao Ordenamento do Território. Obrigado senhor Presidente. -----

O Presidente da AML disse: Obrigado senhor Vice-Presidente. O Período de Intervenção do Público, cinge-se ao Período do Público. Tem a palavra senhor Presidente. -----

O Presidente da CML tomou a palavra e disse: Iremos abrir o concurso em breve por causa do estacionamento no Mercado de Quarteira, a verdade é que o concurso está aberto, já está a decorrer, nós estamos na véspera de seleção do vencedor que será aquele que o júri do concurso há de decidir. Foram prestados esclarecimentos e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

estamos na última fase do concurso que foi aberto há mais de seis meses, e, portanto, queria corrigir. -----

O Presidente da AML disse: Obrigado senhor Presidente. Concluímos assim o Período de Intervenção do Público e de respostas do Executivo. Passamos seguidamente ao Período de Antes da Ordem do Dia, começando com Atas e Informações sobre Expediente recebido. -----

Passou-se ao ponto seguinte; -----

2- Período de Antes da Ordem do Dia; -----

- Discussão e Aprovação de Atas; -----

O Presidente da AML disse: No que respeita a Atas e depois de um grande esforço da Mesa da Assembleia e dos funcionários do Gabinete de Apoio, Cristina Costa e Sandro Soutilha, estamos apenas com uma Ata por transcrever a Ata 6/2024 de 24 de junho. Foram enviadas as Atas n.º 16/2023 e 17/2023 em junho, a Ata n.º 1/2024 e Ata n.º 2/2024 em julho, a Ata n.º 3/2024 e a Ata n.º 4/2024 em agosto, a Ata n.º 5 e Ata n.º 7, em setembro. -----

Relativamente à Ata n.º 1/2024 em relação à qual existiu um problema com a gravação que coincidiu com uma intervenção da Deputada Ana Poeta, do PAN, foi recebido o texto que foi lido na Assembleia, solicitando a inclusão do mesmo na referida Ata. A Ata pode ser aprovada com a alteração que a Mesa vai propor. A Mesa agradece o contributo da senhora Deputada e propõe que o referido texto seja transcrito para a Ata, uma vez que ficou registro escrito do mesmo. Para além disso não foram recebidas mais propostas de alteração pelo que se considera que as mesmas estão em condições de serem postas à votação individualmente. -----

Alguém pretende usar da palavra sobre este assunto? Assim sendo estaremos em condições de passar à votação das referidas Atas. -----

Passou-se à votação; -----

A Ata 16/2023 (Sessão Ordinária de 15 de dezembro de 2023), foi colocada à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

votação e foi aprovada por unanimidade.

A Ata 17/2023 (Continuação da Sessão Ordinária de 15 de dezembro - 18 de dezembro de 2023), foi colocada à votação e foi aprovada por unanimidade.

A Ata 1/2024 (Sessão Extraordinária Temática de 22 de janeiro de 2024), foi colocada à votação e foi aprovada por unanimidade.

A Ata 2/2024 (Sessão Ordinária de 15 de fevereiro de 2024), foi colocada à votação e foi aprovada por unanimidade.

A Ata 3/2024 (Sessão Extraordinária de 21 de março de 2024), foi colocada à votação e foi aprovada por unanimidade.

A Ata 4/2024 (Sessão Solene Comemorativa do 25 de abril de 2024), foi colocada à votação e foi aprovada por unanimidade.

A Ata 5/2024 (Sessão Ordinária de 29 de abril de 2024), foi colocada à votação e foi aprovada por unanimidade.

A Ata 7/2024 (Continuação da Sessão Ordinária de 24 de junho - 5 de julho de 2024), foi colocada à votação e foi aprovada por unanimidade.

Presumo, como ninguém se referiu, mas convém ficar em Ata, que a Ata n.º 1/2024 foi aprovada com as alterações propostas pela Deputada do PAN com o seu texto que foi lido aqui uma vez que a gravação estava com deficiência.

Informações sobre expediente recebido:

No que respeita ao expediente recebido, foi recebido expediente relativo à Reserva Natural Local da Foz do Almargem e do Trafal- por parte do Dr.º Eduardo Serra Jorge e de Cristina Dein, da Dein Advogados, o qual tem estado a ser acompanhado pela Mesa da Assembleia e pela Conferência de Representantes. Em 4 de setembro ocorreu uma reunião entre os representantes das Sociedades de Advogados e o Município, na qual tomei parte, e no dia 18 foi recebido um pedido de esclarecimento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

de algumas das questões tratadas o qual se encontra a aguardar resposta por parte do Executivo Municipal para posterior distribuição das senhoras e senhores Deputados, quer das questões colocadas, quer das respostas.

Hoje mesmo foi recebido um e-mail da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Algarve a partilhar as apresentações da Reunião do Conselho Regional realizada esta semana. O Conselho Regional da CCDR é o órgão que assegura a representatividade dos vários interesses e entidades relevantes para a persecução da missão e atribuição da CCDR Algarve. As referidas apresentações contêm informação sobre o cumprimento dos prazos no domínio dos Fundos Europeus, resultado de execuções FEDER, FSE+, PDR PPAC e FEMPA, próximos avisos, Estratégia de Desenvolvimento e Contributos para Coesão da Universidade do Algarve, Água, Ponto de Situação PPR, Cooperação Transfronteiriça, PROT, PDM, QualAR e Plano de Atividades 2024. Todas estas informações constam na apresentação que vos foi hoje enviada.

Considerando o papel deliberativo da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da CCDR, solicitou o envio da presente comunicação e a partilha com os membros do órgão deliberativo do nosso Município. Saudamos a postura de envolvimento e transparência sempre manifestada pela CCDR, cuja presente partilha é mais um bom exemplo.

No que diz respeito a Pedidos de Informação e Requerimentos e respetivas respostas. Tínhamos antes do verão um requerimento do Deputado Carlos Martins (BE) de 13 de junho sobre indícios de crime ambiental que foi respondido em 22 de junho. ----- Tínhamos também do Deputado Carlos Martins (BE) de 21 de junho, sobre Associação Intermunicipal Parque das Cidades que foi respondido também a 2 de julho.

De 21 de junho também do Deputado Carlos Martins (BE), solicitação de informações complementares sobre as alíneas d) e e) da Assembleia Municipal de 24 de junho. Foi respondido pela Câmara Municipal em 22 de julho.

A 15 de julho da Deputada Ana Poeta (PAN), relativamente ao Estudo de Avaliação do Impacto Socioeconómico Imagem Percecionada no Município de Loulé dos Eventos, 19.ª Edição do Festival MED 2023 e Noite Branca 2023, foi respondida a 22 de julho de 2024.

Peço que o Executivo tome nota por favor deste Requerimento da Deputada Ana Poeta, feito a 15 de julho apenas foi respondido parte do Requerimento uma vez que ainda não havia dados relativamente à segunda parte.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Relativamente a Expediente é o que há. -----

Passou-se ao ponto seguinte; -----

- Moções; -----

Passando às Moções, foram apresentadas 2 Moções, uma Moção de apoio ao povo Palestiniano do GM do BE e uma Moção de Atualidade e Urgência relativamente a incêndios, do GM do PS. -----

Relativamente à última Moção, a Mesa considera que a referida Moção é efetivamente Atual e Urgente, pela sensibilidade social que a mesma encerra e pelo flagelo que se abateu sobre muitas das populações do nosso país, perguntando se algumas das Bancadas se opõe à aceitação da mesma ou se pretendem refutar a Atualidade e Urgência da mesma. Assim sendo vamos passar à apresentação da Moção do BE Moção “Apoio ao Povo Palestiniano”, tem a palavra senhor Deputado Carlos Martins.

- Moção “Apoio ao Povo Palestiniano” apresentado pelo GM do BE -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: Obrigado senhor Presidente. Em seu nome cumprimento todos os presentes e aqueles que nos acompanham em casa. Uma pequena introdução: Passado quase um ano após o início do conflito em Gaza, o mundo continua a ignorar a situação dramática em que se vive, aliás, sobrevive o povo Palestino. Segundo o relatório recente da ONU, foram mortos mais de 41.000 Palestinos e cerca de 63.000 ficaram feridos, na sua grande maioria crianças e mulheres, ressaltando que 625.000 crianças permanecem fora das escolas e infraestruturas de saúde em Gaza que foram severamente impactadas. --- “Os acontecimentos do dia 7 de outubro de 2023 chocaram o mundo e desvendaram, perante a opinião pública, violência intrínseca à relação colonial que condiciona a existência de Israel e da Palestina desde 1948. O que seguiu ao terror do massacre de civis, desencadeado pelo Hamas foi a vingança de um Estado ocupante, que há muito escolheu ignorar as leis da guerra e o direito humanitário. -----

Perante todo este horror, António Guterres, Secretário-Geral das Nações Unidas, tem apelado ao cessar-fogo e à ajuda humanitária a Gaza. -----

O inalienável direito à autodeterminação e independência do povo palestiniano tem sido repetidamente afirmado pela Assembleia-Geral da ONU, que desde 1994, aprova



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

anualmente uma Resolução reiterando o direito do povo palestiniano à autodeterminação. À data, 138 dos 193 Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) e dois Estados não-membros reconhecem o Estado da Palestina, que tem também o estatuto de Estado Observador da Assembleia-Geral da ONU desde a aprovação da Resolução 67/19 de novembro de 2012. Contudo, o não-reconhecimento do direito à autodeterminação e à viabilidade do estatuto independente da Palestina por parte de dezenas de países, entre os quais Portugal, tem constituído um fator de impedimento à construção de uma solução pacífica duradora para a região.

Assim a Assembleia Municipal de Loulé, reunida no dia 25 de setembro de 2024, delibera:

1. Condenar a ação terrorista do Hamas, que culminou com a morte de centenas de civis e exigir a libertação imediata dos reféns;
2. Repudiar a intervenção militar israelita em Gaza, nomeadamente, a morte indiscriminada de civis (na sua maioria mulheres e crianças) e o ataque sistemático a infraestruturas e equipamentos sociais;
3. Exigir por parte do Hamas e do Governo de Israel, o cumprimento da Resolução do Conselho de Segurança da ONU que adotou uma resolução redigida pelos Estados Unidos, aprovada por 14 votos a favor e a abstenção da Rússia;
4. Apelar ao Governo português para que demonstre a sua clara oposição à ofensiva militar em Gaza, desenvolvendo todos os esforços para assegurar uma exigência clara da comunidade internacional, que termine de imediato com a intervenção militar. Que reconheça o inalienável direito à autodeterminação independência do povo palestiniano. Tem sido repetidamente afirmado pela Assembleia-Geral que, desde 1994, aprova anualmente uma Resolução retirando o direito do povo palestiniano à autodeterminação.

Esta Moção, será remetida ao Primeiro-Ministro, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, ao Presidente da República, ao Presidente da Assembleia da República, aos Grupos Parlamentares representados na Assembleia da República, às representações diplomáticas da Palestina e de Israel em Portugal e à representação das Nações Unidas em Portugal e ainda, às associações representativas do Poder Local, ANAM, ANMP e ANAFRE".

Loulé, 25 de setembro de 2024.

Obrigado.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Hélder Faísca

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Deputado. -----
Estão abertas as inscrições para os senhores deputados e Deputadas que pretendam fazer uso da palavra. Hélder Faísca, do PSD, tem a palavra. -----

O Deputado **Hélder Faísca (PSD)** tomou a palavra e disse: Boa noite senhor Presidente, cumprimentando-o mais uma vez, para aproveitar para cumprimentar quem nos está a assistir lá de casa e quem chegou depois do meu primeiro cumprimento. -----

Como é evidente, o PSD vai votar favoravelmente esta Moção, no entanto dizer que achamos que ela peca por tardia ou talvez desnecessária. Achamos que não vamos contribuir muito porque se as Nações Unidas tomam resoluções e não adianta, não vai ser a resolução da Assembleia Municipal de Loulé que vai de facto contribuir para alguma coisa, no entanto, juntamos à Moção. Se calhar estamos a perder tempo que poderia ser usado para problemas mais nossos, mais locais. Muito obrigado. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Deputado. Carla Gomes, da CDU, tem a palavra. -----

A Deputada **Carla Gomes (CDU)** tomou a palavra e disse: Obrigada, senhor Presidente, cumprimento-o novamente, a si e a todos os presentes e agora sim, os que nos assistem em casa. -----

Relativamente a esta Moção, iremos votar favoravelmente, como é óbvio, é uma luta constante do povo palestiniano e não concordo com a intervenção de que se perde tempo. Não se perde tempo, prossegue o genocídio perpetrado por Israel contra o povo palestiniano, assistimos a 12 meses de uma violência brutal de milhares de palestinianos assassinados e feridos, dos quais mais de 15.000 são crianças. O isolamento Israel é crescente. A Irlanda, por exemplo, Noruega e Espanha reconhecem formalmente a Palestina como um Estado. É tempo também Portugal reconhecer formalmente o Estado da Palestina, apoiando o seu povo na luta pelos seus direitos nacionais. E Portugal tem de ter um posicionamento urgente e convicto, deve exigir o fim definitivo dos bombardeamentos e da deslocação forçada das populações. Exigir proteção do povo palestiniano em Gaza e na Cisjordânia. Exigir a entrada da ajuda humanitária necessária e levantamento do infame bloqueio que desde 2006 tornou a Faixa de Gaza numa prisão a céu aberto, e o início da reconstrução. Reclamar a libertação de todos os presos palestinianos e todos os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

reféns israelitas. Avançar para o imediato reconhecimento do Estado da Palestina soberano, independente com fronteiras de 1967, e capital de Jerusalém Oriental e a efetivação do direito ao retorno dos refugiados como determinam as resoluções da ONU. Obrigada.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhora Deputada. Não havendo mais inscrições, estamos em condições de passar à votação da Moção.

Passou-se à votação;

- Moção - “Apoio ao Povo Palestiniano” apresentado pelo GM do BE.

Foi colocada à votação e foi aprovada por unanimidade.

O Presidente da AML disse: Assim sendo, passamos ao ponto seguinte. Tem a palavra para a apresentação da Moção, a Deputada Maria Esteves do PS.

- Moção de Atualidade e Urgência “Incêndios” apresentado pelo GM do PS.

A Deputada **Maria Esteves (PS)** tomou a palavra e disse: Boa noite senhor Presidente, na pessoa de sua Excelência, cumprimento todos os presentes e quem possa estar a assistir em casa. Passou à leitura da Moção; ----- "Entre os dias 15 e 19 do corrente mês, setembro, incêndios rurais assolararam diversas regiões do país, deixando um rastro de destruição de aproximadamente 121.000 hectares. Os distritos de Braga, Porto, Viseu, Vila Real e, em especial, Aveiro, foram severamente atingidos, sendo este último o mais fustigado, com cerca de 26.800 hectares consumidos pelas chamas.

Para além da perda irreparável de património, infraestruturas e biodiversidade, lamentamos profundamente o falecimento de 7 vidas humanas, atualmente 9, incluindo três bombeiros que heroicamente combatiam o fogo na linha da frente.

É do conhecimento geral que as causas destes incêndios são multifatoriais, o abandono de terras agrícolas e florestais, as secas prolongadas e as altas temperaturas, a má gestão florestal e dos espaços rurais e, por fim, ações negligentes ou criminosas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

J.

Neste momento trágico, a Assembleia Municipal de Loulé expressa: -----

- . Profundo pesar às famílias das vítimas mortais; -----
- . Solidariedade com todos os feridos e lesados; -----
- . Profunda gratidão a todos os bombeiros e demais profissionais que, com coragem e determinação, atuaram no combate a este flagelo; -----
- . Agradecimento a todas as entidades e cidadãos que, de alguma forma, contribuíram para minimizar os danos e prestar apoio às vítimas. A solidariedade e o espírito de união demonstrados, são um testemunho da força das nossas comunidades; -----
- . Solidariedade a todas as autarquias afetadas através, designadamente, das respetivas Assembleias Municipais. -----

Dito isto, dizer que é lamentável que, mais uma vez, o fogo tenha fustigado o nosso país, sem que tenha sido referida a urgência da organização do coberto vegetal, o pensar da floresta, a utilização de vegetação corta-fogos na berma das estradas e a investigação da forma como as grandes corporações que pretendem instalar mais áreas de eucalipto o possam fazer sem monitorização ativa e obrigatória da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e dos Ministérios da Agricultura e Pescas e do Ambiente e Energia. -----

Finalmente, mais do que atribuir / distribuir culpas e responsabilidades, este é o tempo de maior vigilância coletiva, de solidariedade atuante, de procura de soluções que previnam e combatam de forma mais eficaz este flagelo para que deixe de ser recorrente.” -----

Eu passo a explicar, as 2 notas que estão no final da Moção, foi a introdução nesta Moção, de aportes, feitos pelo Bloco de Esquerda. O ponto 1 e o ponto 2 que estão no final da Moção, não deviam estar, estão aí para não esquecer de colocar as coisas como deve ser. Lamento a falta de rigor, mas está introduzido o que foi proposto pelo Bloco de Esquerda. Só um ao lado, uma boa maneira é tornar-se sócio de uma corporação de Bombeiros Voluntários, esta já é a minha parte. Muito obrigada, tenho dito. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhora Deputada. -----

Estão abertas as inscrições para os senhores Deputados que pretendam usar da palavra. O Deputado Hélder Faísca, do PSD, tem a palavra. -----

O Deputado Hélder Faísca (PSD) tomou a palavra e disse: O PSD vai juntar-se a esta Moção. No entanto, pensamos que solidariedade e lamentar aquilo que aconteceu,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

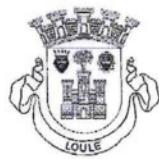
acho que se calhar podíamos ir mais longe, podíamos propor que o Município ajudasse uma família daquela zona que de facto tivesse perdido tudo como muitas perderam, num caso concreto e aí penso que se calhar fazíamos mais do que estar a manifestar a solidariedade e dizer que é preciso pensar. Eu por acaso não sei qual é a solução, sei que é preciso pensar, sei que nos últimos anos ninguém tem feito nada, isso é um facto. Mas se calhar nós podíamos fazer qualquer coisa propondo que o nosso Município ajudasse alguém de lá, que víssemos uma ajuda concreta porque assim não estamos a contribuir em grande coisa solidariedade, ter pena é bom e fica bem, mas nós juntamo-nos a à Moçâo. Muito obrigado.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Deputado. Está Inscrita a Deputada Carla Gomes, da CDU.

A Deputada **Carla Gomes (CDU)** tomou a palavra e disse: Reiterando a solidariedade para com todos os atingidos, esta Bancada sublinha que a não serem tomadas as medidas indispensáveis, tragédias como as vividas neste mês irão repetir-se ciclicamente. Convém lembrar que na sequência dos incêndios de 2017, o Governo do PS apressou-se a anunciar um pacote de medidas que apelidou a maior reforma florestal desde D. Dinis, mas que na realidade grande parte das medidas não estão concretizadas total ou parcialmente. É preciso agir e Portugal não pode estar condenado a assistir às chamas que destroem o país. Obrigada.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhora Deputada. Tem a palavra o Deputado Carlos Costa, do PS.

O Deputado **Carlos Costa (PS)** tomou a palavra e disse: Obrigado senhor Presidente. Saúdo em si e cumprimento os elementos da Mesa, Executivo, a todos cumprimento e felicito. Queria aqui na Moçâo, que foi um grande drama que o nosso país atravessou. A Moçâo foi distribuída e não podemos deixar de não estar de acordo com o que foi proposto pela Bancada do PSD. Só que como o Bloco de Esquerda o fez e bem, deu contributos à Moçâo, porque é uma Moçâo desta casa, o PSD poderia também fazer chegar essa nota e aqui todos em conjunto concretizaríamos uma proposta mais efetiva. Nós concordamos com certeza ajuda uma família, uma ação concreta, como a senhor líder de bancada do PSD disse.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

(Assinatura)
No que toca às questões do Plano de Combate aos Fogos Florestais e ao que foi o papel dos governos no passado, o que quero aqui referir é que esse projeto foi um projeto que teve início e que o Governo atual deve dar continuidade. Disse. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Deputado. Tem a palavra a Deputada Isilda Guerreiro, do CDS. -----

A Deputada **Isilda Guerreiro (CDS)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado senhor Presidente. Saúdo, e em si cumprimento os elementos da Mesa, executivo, colegas desta Assembleia e digníssimo público que nos assiste lá em casa. ----- Relativamente à Moção apresentada pelo PS, esta Bancada revê-se em tudo o que aqui foi dito, prestamos o nosso apoio, apesar de não ter dito atempadamente, eu penso que desta casa poderá sair um texto subscrito por todos, não necessariamente teríamos que pôr aqui algum tipo de palavra porque está tudo a nosso ver muito bem-dito, subscrevemos e assinamos por baixo a proposta da bancada do PSD, mais do que mostrarmos a nossa solidariedade, acho que devemos ter atos e é nos atos que se faz a diferença das grandes atitudes enquanto humanos. ----- Gostaria de deixar aqui uma ressalva, e isto sinceramente não é, como a própria Moção diz, não estamos aqui para atribuir culpas, mas eu não consigo deixar de dizer que muitas vezes falta fiscalização, nós enquanto cidadãos somos obrigados e devemos levar a curso a limpeza de terrenos, isso é-nos exigido pelos organismos públicos, só que depois pecam porque deveria ser dado o exemplo. Muitas vezes os terrenos municipais, camarários, Juntas de Freguesia, são os primeiros a não cumprir estas exigências que a legislação assim o prevê. Ou seja, nós aqui nesta casa deveríamos também exigir que isso fosse feito, não estamos aqui a tratar de falar de apontar culpas, porque os culpados, a justiça os levará a serem presentes em julgamento, mas acho que a Lei de limpeza de terrenos deve ser aplicada aos cidadãos e aos organismos públicos. Esta é a opinião desta Bancada. Muito obrigada.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhora Deputada. Senhor Deputado Hélder Faísca, do PSD, tem a palavra. -----

O Deputado **Hélder Faísca (PSD)** tomou a palavra e disse: Obrigado senhor Presidente. É para dizer que se concorda com a nossa posição, que eu fico muito contente por isso e penso que não é tarde para acrescentarmos um parágrafo a dizer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

que propomos que o Município tome um ato concreto e ajude uma família que tenha sido vítima destes incêndios. Muito obrigado. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Deputado. Senhor Deputado Carlos Costa, do GM do PS, aguarda-se a aceitação da Proposta e de ambos, que ditem um texto concreto para eu acrescentar à Ata. -----

O Deputado Carlos Costa (PS) tomou a palavra e disse: Senhor Presidente, será inserido o teor da Proposta da Bancada do PSD. -----

O Presidente da AML disse: Só preciso que essa Proposta seja ditada para eu a escrever, por favor. -----

O Deputado Hélder Faísca (PSD) tomou a palavra e disse: Propomos que o município tome um ato concreto de apoio, a alguém que tenha sido vítima dos incêndios, uma família que tenha sido vítima dos incêndios, da zona dos incêndios. Muito obrigado. -

O Presidente da AML disse: Proponho também que se acrescente no final da Proposta, a execução de 1 minuto de silêncio em relação às vítimas e às vítimas dos incêndios. O PS concorda com a introdução? -----

O senhor Presidente da Câmara, pediu a palavra, não é hábito nestas ocasiões, mas como se trata da introdução de uma Proposta que envolve o município, a Mesa concede-lhe a palavra. -----

O Presidente da CML tomou a palavra e disse: Senhor Presidente, muito obrigado. Eu queria só recordar os senhores Deputados e a todos nós, é natural que tenha caído no esquecimento aquando dos incêndios de Pedrogão, esta situação colocou-se também e nós tínhamos muita vontade de ter um ato concreto como aquele que acaba de propor em relação às vítimas dos incêndios naquela zona do país. Pese embora a bondade ética da proposta, nós não temos base legal para ajudarmos em concreto as vítimas dos incêndios. Naquela altura o problema colocou-se, nós pedimos até um parecer jurídico à Associação Nacional de Municípios porque eu tive ali um pequeno braço de ferro com os serviços jurídicos da Câmara que me diziam que não podiam e pedimos um parecer jurídico e o parecer veio e confirmou a posição dos serviços jurídicos da Câmara Municipal de Loulé e nós não podemos concretizar aquilo que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

acaba de propor, e muito bem, e que toda a gente teria vontade com certeza de subscrever e de apoiar. Eu queria deixar este esclarecimento.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Presidente. De qualquer maneira, nós marcaremos a nossa posição de princípio, penso que eventualmente através do subsídio, uma Instituição de Solidariedade Social, que articulasse com outra Instituição lá dentro. Eu penso que havendo efetivamente vontade, se conseguirá de alguma maneira apoiar quem precisa. Mas ficará depois à consideração. -----
Mais alguém quer usar da palavra sobre este assunto? Nesse caso estaremos em condições de passar á votação da Moção de Atualidade e Urgência – Incêndios – do GM do PS, com os contributos do BE, do PSD e da Mesa. E o texto que foi apresentado pelo PS, com a Proposta do PSD e da Proposta da Mesa, sobre o apoio à família e o minuto de silêncio.

Passou-se à votação;

- Moção de Atualidade e Urgência relativamente aos incêndios, proposta pelo PS com os contributos do BE, PSD e da Mesa da Assembleia sobre o apoio à família e sobre o minuto de silêncio

Foi colocada à votação e foi aprovada por unanimidade.

Passaremos de imediato à execução de um minuto de silêncio em memória das vítimas falecidas.

Foi realizado 1 minuto de silêncio.

Passou-se ao ponto seguinte:

- Apreciação de Assuntos de Interesse do Município e de Formulação de perguntas orais pelos Deputados Municipais;

O Presidente da AML disse: Chegamos assim ao momento de Apreciação de Assuntos de Interesse do Município e de Formulação de perguntas orais pelos Deputados Municipais. Estão abertas as inscrições para os senhores Deputados e Deputadas que pretendam fazer uso da palavra.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Recorda-se que o Executivo tem 17,30 min para responder, iremos começar por pergunta/resposta e quando o tempo começar a faltar conjunto de perguntas conjuntos de respostas. Tem a palavra a senhora Deputada Ana Poeta, do PAN. -----

A Deputada Ana Poeta (PAN) tomou a palavra e disse: Boa noite senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento a Mesa, o Executivo, os colegas Deputados, o público e todos os que tornam possível a realização desta transmissão. -----

Três questões muito breves, a primeira, na Sessão-Debate de Crianças e Jovens, Educação, Futuro Melhor, fomos informados que a candidatura à construção do CAFAP - Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental não foi aprovada por questões logísticas, e esta bancada pretende saber que questões logísticas é que são essas e se existe no futuro planos para a criação desse equipamento. -----

Segunda questão, na Assembleia do dia 15 de fevereiro solicitei que todas as adesões que Loulé teve neste mandato, por exemplo Rede de Cidades e Vilas que Caminharam ou as Vilas de Cerâmica, nós solicitamos que nos fosse enviado a listagem e um resumo relativamente ao que tem sido feito e continuo a guardar essa informação. --- A terceira questão é relativamente à problemática das questões ilegais. Eu gostaria só de saber qual é que é o canal que o Município disponibiliza para as denúncias dos munícipes. Obrigada. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhora Deputada. Tem a palavra senhor Vice-Presidente. -----

O Vice-Presidente, David Pimentel tomou a palavra e disse: Muito obrigado senhor Presidente. Efetivamente a senhora Vereadora Ana Machado, seria a pessoa mais indicada para responder, mas sobre o CAFAP - Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental, houve duas entidades do terceiro setor que se candidataram e na apreciação da sua candidatura não reuniam condições para serem aprovados. Não sei quais foram as questões logísticas efetivamente, mas é o que eu posso informar sobre não termos conseguido ter o CAFAP no município de Loulé, apesar de termos tido duas candidaturas. Informação mais específica eu poderei agora solicitar à senhora Vereadora e ela enviará com certeza tão breve quanto possível. Obrigado. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Vice-Presidente. Tem a palavra o senhor Deputado João Ferreira, do PSD. -----

O Deputado João Ferreira (PSD) tomou a palavra e disse: Boa noite, cumprimento o senhor Presidente e cumprimento se me permitir todas as pessoas nesta sala e lá em casa. -----

A Bancada do PSD, gostaria de trazer à discussão um tema de enorme relevância para o nosso concelho, o desenvolvimento do Plano Diretor Municipal. Não podemos deixar de notar que apesar de tantos anos à espera, ainda nos encontramos longe da conclusão deste processo. Ironicamente já podemos dizer que o PDM é adulto pois já ultrapassou 18 anos de idade, mais 18 a preparar o próximo PDM. No entanto, numa nota mais séria, não conseguimos compreender a morosidade deste processo, especialmente quando o Executivo teve sempre o nosso apoio em várias fases deste percurso, refiro-me ao PSD de Loulé. Sabemos que a CEOT, apesar de ser uma Comissão Consultiva não-vinculativa, tem sido uma ferramenta importante para avançarmos com propostas, a última proposta enviada para a Comissão da Coordenação do Desenvolvimento Regional contou com o nosso apoio e é de conhecimento deste Executivo que o PSD tem sido parceiro ativo e colaborativo. Já por diversas vezes congratulamos o Executivo por acolher várias propostas do PSD, como a inclusão das bolsas destinadas à construção de custos controlados. Consideramos que esta é uma das medidas mais eficazes para resolver o grave problema da habitação no nosso concelho. -----

Posto isto, a pergunta que nos colocamos e que colocamos ao Executivo, é porque razão este processo continua tão lento. Sabemos que os parceiros das entidades competentes foram recebidos há bastante tempo e a CEOT, no qual também fazemos parte, não reuniu desde então. O processo está parado ou caminha a meio gás, e isso é algo que não podemos aceitar. -----

Senhor Presidente, é com o conhecimento geral que os Vereadores e os Deputados do PSD têm contribuído de forma ativa para mitigar o problema da habitação. Acreditamos firmemente que o PDM é uma ferramenta essencial para combater esta crise. Um exemplo de preocupação clara da nossa preocupação, foi a proposta apresentada pelo PSD para a construção das Casas de Função no concelho de Loulé, que foi aprovado em Reunião de Câmara a 16 de setembro de 2024. No entanto, não podemos deixar de lamentar a abstenção solitária dos Vereadores do PS que alegaram que esta medida já estava prevista na Estratégia Local da Habitação 2019-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

2030. Senhor Presidente, o que as pessoas do nosso concelho querem e precisam são soluções concretizadas e não Estratégias ou Planos guardados em gavetas. A morosidade deste processo está a prejudicar os cidadãos que mais necessitam de uma proposta rápida e eficaz ao problema da habitação. -----

Assim, a Bancada do PSD, gostaria de saber por que razão o desenvolvimento do PDM tem sido demorado. Queremos também saber, se a promessa de aprovar este plano antes do final do presente ano se mantém. A nossa população já esperou demasiado tempo e é imperativo que este processo avance com celeridade que a situação exige. Tivemos aqui hoje, até o exemplo do senhor Pedro Miranda que necessitava de uma deslocação da implantação. O atual PDM não permite isto, mas o próximo PDM, se for aprovado, permitirá esta situação nas circunstâncias que foram aqui faladas, pois estava junto a uma estrada, isto é um exemplo. Quanto à intervenção do Senhor Filipe Lázaro e da Senhora Hildegard, e face à resposta do Senhor Presidente, apraz-me fazer só mais uma questão: Quanto às casas clandestinas, quantas ordens de demolição foram concretizadas nos últimos 11 anos que o Senhor Presidente é Presidente desta ilustre Câmara Municipal? Disse. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Deputado. Tem a palavra senhor Presidente. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Vou voltar à Deputada Ana Poeta, e dizer-lhe que, forneceremos naturalmente a Rede de Cidades e Vilas que Caminharam, uma mera listagem, não sei qual é o motivo, mas vamos fornecer-lhe essa listagem em breve, é uma coisa simples e que por algum motivo escapou. -----

O Canal de Denúncias, é enviar as denúncias para a Câmara Municipal de Loulé, como sempre é feito, e a Fiscalização toma conta da ocorrência e desencadeia abre um processo de fiscalização. Não temos nenhum canal específico, é o canal aberto da Câmara Municipal de Loulé que recebe as denúncias, e chegam-nos aliás com bastante regularidade, e os Serviços de Fiscalização da Câmara Municipal depois agem em consequência. -----

Sobre o desenvolvimento do PDM, senhor Deputado João Ferreira, registo e quero sublinhar a postura construtiva que a Comissão da CEOT, que tem todos os partidos representados nesta casa nos deu. Foi um processo muito colaborativo entre o Executivo e essa Comissão Especializada. Não está nada adormecido, nem na gaveta, nada disso, são, como sabe imensas entidades que são chamadas a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

[Handwritten signature]
pronunciar-se, já se pronunciaram todas, aguardam agora as nossas respostas. Ainda ontem, tivemos uma reunião técnica na Câmara Municipal de Loulé, onde estivemos a abordar as respostas que vamos dar, à APA, ao ICNF e à CCDR. Estamos neste momento neste processo, há questões ainda por esclarecer, estamos a trabalhar e, portanto, nada está atrasado. Se se mantém ou não, a data que tínhamos previsto que era até final do ano, eu neste momento ainda não estou em condições de lhe dizer que não vamos cumprir essa data. Não tenho ainda dados suficientes para isso, o timing, como sabemos desde o princípio, é um timing apertado, mas os trabalhos estão a evoluir bem, a CCDR tem respondido de uma forma muito célere às solicitações da Câmara Municipal e, portanto, eu não tenho nenhuma razão neste momento para deixar cair a data que resulta do nosso compromisso. -----
Quanto às Ordens de Demolição, vamos ver, eu não tenho presente esse número, nem as comunicações ao Ministério Público por crime de desobediência porque isso eu assino com alguma regularidade essas comunicações ao Ministério Público. Digo-lhe uma coisa e reforço, desde 2020 que estamos muito atentos a essa situação, temos agido dentro das faculdades que a Lei confere ao Executivo e quero que fique mais uma vez claro, porque estamos num ato público, numa reunião da Assembleia Municipal, é que todas as pessoas que instalaram nos seus terrenos sem licenciamento prévio qualquer construção seja de madeira, ou seja em alvenaria, essas pessoas vão ter problemas no futuro, que fique muito claro isto. Nós dissemos várias vezes isso no passado, reafirmo hoje aqui exatamente o mesmo, não façam porque vão ter problemas os cidadãos que cometem essas ilegalidades. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Presidente. Senhor Vice-Presidente, David Pimentel, tem a palavra. -----

O Vice-Presidente, David Pimentel tomou a palavra e disse: Muito obrigado senhor Presidente. Só um detalhe, sobre a Estratégia Local de Habitação, que são estratégias que ficam no papel, só queria dar aqui alguns números rápidos, até porque acho que mais do que falar sobre intenções é preciso é falar sobre concretizações. ----- Assinou-se recentemente o 20º Contrato com participação financeira, 60 fogos 12,8 milhões de euros 100% financiado via PRR. O Município de Loulé vai lançar um concurso público agora, para atribuição de 150 fogos de habitação dentro da renda apoiada e renda acessível, renda acessível vai responder a classes profissionais, serão priorizadas designadamente profissionais da área da Saúde, da Educação da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Segurança, serão efetivamente classes que serão priorizadas porque o nosso Regulamento Municipal o permite. Estamos no Top 10 dos municípios que mais contratualizaram com o IHRU no âmbito do PRR, à data temos 30,4 milhões de euros contratualizados com o IHRU. Recentemente lançamos o terceiro concurso de subsídio a arrendamento, mas uma das questões que estão vertidas dentro da Estratégia Local de Habitação. Até o ano passado tínhamos apoiado 295 famílias com 424.000 € de subsídios pagos, é apoio naquilo que as pessoas não conseguem pagar da renda ao preço de mercado, elas estão com dificuldades e mediante isso o Município comparticipa. Houve mais 96 candidaturas este ano e mais 83.000 € de apoios contratualizados. Muito brevemente vai abrir um local específico de atendimento aos municípios do concelho de Loulé, vai-se chamar Loulé Habita, onde todos os municípios podem tirar as suas dúvidas sobre os concursos, a tipologia de habitações que nós temos e o que é que é renda apoiada, a renda acessível, o que é habitação a custos controlados porque são terminologias que muitas vezes não estão ao alcance de todos. Portanto, nada melhor do que abrirmos um local para esse atendimento. Basicamente diria que a Estratégia Local de Habitação, em Loulé, tem efetivamente trabalho feito e tem trabalho para demonstrar inequivocamente. Obrigado.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Vice-Presidente. Tem a palavra João Carlos Santos, do PSD.

O Deputado João Carlos Santos (PSD) tomou a palavra e disse: Muito obrigado senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento a Mesa, cumprimento o Executivo, todos os elementos das Bancadas aqui presentes e quem nos assiste em casa. ----- Senhor Presidente, a Mobilidade Urbana e Suave são conceitos que encontram em Quarteira, um território fértil para a sua implementação, nomeadamente, por via de ciclovias, elas são bem-vindas e devem incentivadas. E quanto a isso estamos de acordo, no entanto, persiste em Quarteira uma dúvida sobre a ciclovia que atravessa a Avenida Carlos Mota Pinto e a Avenida Francisco Sá Carneiro, dúvida essa que foi formalizada numa questão nesta Assembleia, em abril de 2023, e dirigido ao Senhor Presidente sobre uma possível alteração do traçado da ciclovia. Na altura a resposta foi “nós vamos introduzir pequenas alterações e a ciclovia vai voltar ao seu lugar original”. Senhor Presidente, passou o Verão de 2023 e nada foi feito, passou o Verão de 2024 e nada foi feito, passará o Verão de 2025 e nada será feito. Entendemos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

(Assinatura)
assim, que podemos observar o notório fim daquela ciclovia, contudo, desejávamos que o Senhor Presidente pudesse confirmar aqui nesta Assembleia esse término. Obrigado.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Deputado. Senhor Presidente, tem a palavra.

O Presidente da CML tomou a palavra e disse: Senhor Deputado, muito obrigado por ter colocado essa questão. Eu queria fazer aqui um curto exercício de memória. Quando foi decidido colocar a ciclovia em Quarteira curiosamente houve uma onda de insatisfação, que veio até à rua com pessoas a manifestarem-se contra a ciclovia. Sabe quem encabeçou essa manifestação? Sabe quem é que encheu uma sala onde eu ouvi vários insultos? Foram exatamente os militantes do PSD, sim, é verdade, posso lhe dizer os nomes das pessoas que lá estavam. Portanto, os senhores foram os primeiros a levantar aquela população, usando informações que não eram corretas sobre a ciclovia, a manifestarem-se contra a ciclovia. Hoje curiosamente vêm aqui dizer os senhores então e a ciclovia. Afinal decidam-se, eram contra agora já são a favor? Pois bem senhor Deputado, nós aí somos mais coerentes pois nós éramos a favor e continuamos a ser a favor. E posso-lhe dizer que depois de feitas as alterações que aquela ciclovia vai ter, para que fique em melhores condições e ofereça melhores condições de segurança e, sobretudo, para que os automobilistas possam estacionar ao longo daquela Avenida com mais facilidade, porque aquela ciclovia que foi a primeira tentativa feita no concelho de Loulé, uma ciclovia em espaço urbano, não nos correu bem e precisa de ser alterado, e nós vamos alterar essa ciclovia. Agora o senhor Deputado, quando fala, devia primeiro fazer uma declaração dizer "olhe nós éramos contra a ciclovia", todos estamos aqui nesta sala, bem recordados, de quem é que andou na rua a aquecer aquelas pessoas em Quarteira contra a ciclovia, eu sei muito bem quem é que estava na sala do Centro Autárquico, sei muito bem quem é que encontrei na rua e, portanto, foram nada mais nada menos que o PSD na altura. Saúdo que hoje tenham mudado a vossa posição e assim é que é, porque um espaço urbano contemporâneo, com outra qualidade de vida, deve oferecer a possibilidade das pessoas que se pretendam deslocar dentro de uma cidade andando de bicicleta isso possa existir. Nós vamos corrigir o erro, ainda não o fizemos, mas vamos fazer. Há dias acabamos de inaugurar mais 1,5 km de ciclovia em Vilamoura, que soma a outro 1,5 km que ainda não tinha sido inaugurado, mas já posto à disposição dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

cidadãos que andam de bicicleta em Vilamoura, mais 1,5 km, e posso-lhe dizer neste momento em todo o concelho de Loulé temos cerca de 45 km em ciclovias. É pouco, não estou satisfeito, é preciso fazer muito mais, mas já fizemos alguma coisa e temos tido uma posição coerente desde o princípio. Sempre defendemos, vamos fazer mais, há obras em curso com vários quilómetros de ciclovia que vão ser colocados que não existiam e que estão em curso neste momento. Nós estamos a fazer o nosso trabalho. Bem-vindo à nossa equipa, ainda bem que estamos de acordo no que diz respeito à necessidade de ciclovias.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Presidente. Está inscrito Hélder Faísca, mas pela alternância vou dar a palavra a Telmo Pinto.

O Deputado Telmo Pinto (**Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira**) tomou a palavra e disse: Muito boa noite senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento a Mesa, o Executivo e também as pessoas que nos estão a assistir aqui e lá em casa, os técnicos e os funcionários aqui da Câmara.

Isto não é matar o mensageiro, sabemos dos problemas que temos com o estacionamento, mas no fundo também, a vida é um bocado a percepção daquilo que as pessoas pensam e para percebermos aquilo que tem vindo a ser feito. Mais 70 lugares de estacionamento, são sempre mais 70 lugares de estacionamento, independentemente de quem vai lá estacionar agora e não é, nunca nem nunca foram, todos os funcionários do Centro Autárquico, que são imensos, porque há muita gente que vai a pé e que vive em Quarteira, mas são mais 70 lugares de estacionamento e as pessoas que lá estacionam, se não estacionassem ali, estacionavam quando havia menos 70 lugares noutro sítio qualquer.

Segundo ponto, em Quarteira nos últimos 11 anos foram feitos cerca de 750 lugares de estacionamento. Já informamos várias vezes sobre isso e para termos uma perspetiva do que é que são 750 lugares, o Parque da Pontinha tem 598, o Parque de Estacionamento de Lagos, aquelas infraestruturas que depois vou fazer aqui uma comparação em termos financeiros, que nós também gostamos imenso, tem 445, e o Parque de Estacionamento de Loulé, que é uma infraestrutura pesada também, tem 250 lugares. Eu sei que se dividisse esses 750 e se fizesse três parques como o de Loulé havia muita gente que nos dava os parabéns por ver aquela infraestrutura tão pesada, mas para termos noção do que é que isto equivale e porque eu sou um defensor que o espaço urbano tem que ser gerido para as pessoas, e que às vezes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

a' essas infraestruturas são pesadas, não só em termos visuais, mas como financeiros, o estacionamento do Mercado de Quarteira encarece a obra em 7 milhões de euros. Um silo auto ou um estacionamento enterrado tem uma despesa enorme, portanto, significa que se nós tivermos a astúcia e a elasticidade cerebral para conseguirmos no nosso espaço público utilizar alguns exageros porque às vezes temos passeios enormes que conseguimos fazer estacionamentos com as medidas legais, e deixando ainda a mobilidade para as pessoas, esse é que é o caminho, dispersá-los até conseguirmos, haverá momentos que podemos fazer essas obras tão pesadas. É um problema, mas temos formas de o resolver.

Quando fazemos dois eventos no Verão no Parque de Estacionamento a percepção das pessoas é que tiramos aqueles lugares de estacionamento, mas para nós percebermos mais ou menos a lógica, nós temos a Escola D. Dinis à distância da Rua D. Dinis, que fica a 500 metros, 5 minutos do lugar que estamos aqui a falar. Se formos ver aquilo que hoje é utilizado nas grandes cidades na Europa é aceitável até 15 minutos mais ou menos nós termos as distâncias a pé. Não vai haver estruturas pesadas em todas as ruas, temos é que nos habituar muitas vezes, e comunicar bem e às vezes isso falha, quais são os espaços que as pessoas podem utilizar. E neste conjunto entre aquilo que nós queremos, a capacidade de poder fazer no espaço público coisas mais leves, que não influenciem negativamente o impacto visual e financeiro, é neste equilíbrio entre aquilo que nós temos que perceber que temos que fazer e aquilo que podemos fazer que nós temos que estar todos aqui sintonizados. É verdade que ainda precisamos se calhar de estacionamentos em Loulé, em Quarteira, em Almancil, temos é que ter cuidado como é que abordamos estas questões e perceber aquilo que foi feito, 750 lugares são muitos lugares de estacionamentos feitos na Freguesia. Obrigado.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Deputado. Tem a palavra Hélder Faísca, do GM do PSD.

O Deputado Hélder Faísca (PSD) tomou a palavra e disse: Obrigado senhor Presidente.

Eu tenho duas questões muito curtas, a primeira tem a ver com a água, a água da rede em Loulé está com calcário e eu achava que estávamos a beber água da barragem, portanto, não deveria ter calcário, e a minha pergunta é se tem alguma explicação para este facto?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O outro assunto é novamente o Largo de São Francisco, da última vez que eu falei sobre o Largo de São Francisco, foi o Vereador Carlos Carmo que respondeu, ele não está cá, mas como está o Vereador Abílio Sousa. Foi dito que havia um projeto para a falta de água no Largo de São Francisco, mas agora está verde, portanto, quer dizer que já há água. O jardim já não está deprimente, está verde, foi regado, foi uma opção, o Senhor Vereador disse que tinha um projeto para gastar menos água, mas está verdinho, está todo relvado, está bonito, agora o lago está muito triste, senhor Presidente, o melhor é tapar, não vamos encher o lago, o Senhor Presidente sabe que não vamos encher, faça uma floreira, faça qualquer coisa, agora aquilo está mesmo deprimente, é triste olhar para o lago assim. Obrigado senhor Presidente.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Deputado. Tem a palavra senhor Presidente.

O Presidente da CML tomou a palavra e disse: O calcário da água. Muito rapidamente, a escassez de água é um facto, nós temos que poupar todos água, e nós não vamos desistir de repetir esta mensagem até à exaustão. Há necessidade, não temos água suficiente para as necessidades e estamos com muito receio relativamente ao futuro e, portanto, todas as políticas que temos adotado e que têm suscitado muitas críticas inclusivamente aqui nesta casa, tornar-se-ão mais compreensíveis no dia em que nós tivermos realmente falta de água nas nossas torneiras. O que é que isto tem a ver com o calcário? É que a água que é água de superfície, é água tratada, tem estado a ser misturada na rede pelo sistema das Águas do Algarve com águas de captação de furos. Foi isto que me foi explicado. O senhor Vereador Abílio tem ainda informação mais detalhada do que aquela que eu estava a dar e vou-lhe dar já com a autorização do senhor Presidente da Assembleia, passar-lhe a palavra.

Sobre o Largo de São Francisco, o senhor Vereador não está aqui, eu não tenho acompanhado em detalhe a situação, dar-lhe-ei a resposta em relação à questão que colocou. Uma coisa é certa, nós não vamos nem tapar, nem fazer desaparecer o lago que é a memória que nós temos de um jardim que foi tão bonito, tão verdinho, e que já não o temos, mas não vamos apagar essa memória, isso posso lhe garantir. Melhorar todas as ideias são boas, eu vou falar com o senhor Vereador e faremos o que for possível para melhorar o aspeto do Lago de São Francisco e concretamente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O¹ do lago, que fala. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Presidente. Tem a palavra senhor Vereador Abílio Sousa. -----

O Vereador Abílio Sousa tomou a palavra e disse: Cumprimento o senhor Presidente, a Mesa da Assembleia, exmos. Deputados, exmo. público aqui presente e em casa. -----

No fundo, a explicação do senhor Presidente, estava correta, no entanto hoje porque tem surgido este tipo de assunto no dia-a-dia, eu pedi alguma informação complementar às Águas do Algarve e foi-nos dito que existem dois pontos de estações de tratamento, um em Tavira, outro em Alcantarilha e quando existe dificuldade do abastecimento de Sotavento para Barlavento ou vice-versa, existe um sistema de reversão em Quarteira, na zona da Vila Sol que faz esse tipo de reversão. Ultimamente temos sido abastecidos pela estação de tratamento de Alcantarilha e estávamos habituados a um padrão de água que vinha com qualidade de Tavira, a de Alcantarilha também vem, cumpre com as regras legais em vigor, no entanto, quando entra é injetada na dita estação de barragens de água superficial, mas também de captações, ou seja, não é diretamente na rede, é na estação de tratamento, o que faz com que aquele parâmetro normal que nós estávamos habituados agora possa vir com mais algum calcário, no entanto, a garantia é que a água tem todas as condições para ser consumida e tanto que a ERSAR validou como uma água de excelência. É só isso, obrigado. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Vereador. Tem a palavra o senhor Deputado Carlos Martins, do GM do BE. -----

O Deputado Carlos Martins (BE) tomou a palavra e disse: Muito obrigado. Tinha aqui algumas questões para a digníssima Câmara. Portanto após a conclusão das obras de reabilitação da Igreja Matriz, a Câmara avançou como uma obra na sua envolvente com o objetivo de limitar o trânsito e disciplinar o estacionamento. Passado cerca de 2 anos, todo o trabalho foi desativado e perguntamos quanto custou ao erário público esta decisão. Nova obra foi lançada, parece estar concluída, abrangendo uma parte significativa da zona histórica. Perguntamos qual é o seu objetivo e por que motivo ainda não entrou em funcionamento? -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Aqui nesta sala há 6 meses perguntamos ao Executivo qual era a situação da Casa dos Magistrados, 2 vivendas, respondeu o senhor Vice-Presidente, que disse que está muito para próximo o dia em que finalmente teremos o processo resolvido. Que processo? Já encontraram a solução?

Em pleno Verão, em agosto, duas situações prejudicaram grandemente a imagem de Quarteira, do turismo algarvio. As autoridades sanitárias ordenaram a proibição de banhos de mar e delimitação à praia, tudo isto devido a uma avaria numa bomba de uma central elevatória de esgotos da responsabilidade das Águas do Algarve. Sabemos que a Câmara Municipal de imediato assinou reuniões com estas entidades a exigir respostas, gostaríamos de saber os compromissos assumidos do que foi decidido em concreto e que medidas, investimentos vão ser implementados para evitar que tal situação volte a acontecer? Obrigado senhor Presidente.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Deputado. Tem a palavra senhor Presidente.

O Presidente da CML tomou a palavra e disse: Muito rapidamente e para responder às questões do senhor Deputado Carlos Martins, queria-lhe dizer o seguinte, ainda não entrou em funcionamento o condicionamento do trânsito na zona histórica de Loulé, porque ainda não temos aprovado o Regulamento de Circulação naquela área, essa é a razão. A obra está feita, está concluída, como disse e muito bem, vamos colocar todo o sistema em funcionamento, logo que o Regulamento seja aprovado aqui nesta casa.

A Casa dos Magistrados, é uma situação muito complicada porque tem havido sucessivas desinteligências entre o Departamento do Ministério da Justiça, que tem dialogado com a Câmara Municipal de Loulé e que tem negociado, que não chegamos até hoje ainda a acordo porque o Dr. Júlio, Diretor Municipal, tem sido até bastante eficiente no acompanhamento deste dossier, mas a verdade é que não tem havido uma posição constante da parte do Ministério da Justiça. Quando falam connosco, há vezes parece que estamos próximos de concluir a transferência dessas casas para o Município de Loulé, outras vezes afastamo-nos, houve até uma mudança de Governo, não sabemos ainda se se mantém a mesma intenção. Esperamos que sim, mas a verdade é que estamos a falar de pontos de não entendimento relativamente a valores. Nós já estávamos por tudo, mas, enfim, não tem sido fácil, essa é a explicação. Não deveria de ser assim porque são casas que estão ali há anos e é



(Handwritten signature)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

insuportável olhar para aquelas casas, têm um potencial de alojamento de pessoas e por desinteligências entre diferentes organismos do Estado, local e central, nós não chegarmos até hoje a um entendimento. Não estou aqui a apontar o dedo a nenhum Governo porque se há Governo aqui que teve responsabilidade na situação que está criada foi exatamente o Governo do Partido Socialista para que não haja aqui qualquer dúvida relativamente a quem eu aponto o dedo pelo facto desta situação não estar resolvida. -----

Sobre a interdição de banhos nas praias de Quarteira. Todos sabemos o que é que se passou, tivemos uma reunião, eu pensei até que já tivesse sido reportada aqui à Assembleia Municipal o que é que se passou, tivemos uma reunião com a administração das Águas do Algarve, foram-nos dadas explicações muito detalhadas sobre aquilo que se passou, tratou-se de uma avaria técnica e de um erro humano cumulativamente que explicaram aquele débito de um caudal durante algum tempo, de águas não tratadas. Felizmente que a Câmara Municipal de Loulé, que confrontada com o mesmo problema no ano passado, por iniciativa própria instalou uma rede de sensores nas imediações da estação elevatória de Quarteira-Poente, e foi a Câmara Municipal de Loulé que detetou e alertou os técnicos das Águas do Algarve. Eles agradeceram-nos isso, no entanto, o mal foi feito, é um dano para a imagem do turismo de excelência que temos e queremos continuar a ter no futuro. Comprometeram-se a fornecer-nos mais informações de algumas reparações que vão ser feitas na Estação Elevatória e, sobretudo, nós pedimos a eles autorização para fazermos nós, uma fiscalização ao estado de conservação de todas as ETARS do concelho de Loulé, isto sem qualquer fundamentação técnica, mas a ideia que eu tenho é que todos os anos há novos focos que são licenciados, há novos contadores que são ligados e, portanto, a carga lentamente mas constantemente vai refletindo-se na rede de esgotos da cidade de Quarteira e, portanto, aquelas infraestruturas, cuja gestão e manutenção são da responsabilidade das Águas do Algarve têm que acompanhar o aumento da carga de esgoto que por ali corre naquela rede em Quarteira. Vamos fazer essa inspeção e depois traremos aqui o relatório quando o tivermos para informar todos os senhores deputados aqui na Assembleia Municipal. -

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Presidente. O Partido Socialista, deu-lhe 5 minutos, foi por isso que eu deixei que o tempo entrasse em negativo, tem menos 4 minutos de tempo disponível. Se precisar de mais, vai ter que pedir previamente. Entretanto o PSD, pediu tempo ao CDS, que deu 1,25, salvo erro, deu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

metade do tempo que tinha. Sendo assim vou dar a palavra a João Carlos Santos, do PSD.

O Deputado **João Carlos Santos (PSD)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado senhor Presidente.

Senhor Presidente da Câmara, má memória. O PSD nunca foi contra a ciclovia, foi sim contra o traçado definido para a mesma, um traçado que não serve, nem nunca vai servir Quarteira. Nós somos coerentes, Senhor Presidente, disso pode ter a certeza, e não se esqueça que o PSD também é povo e se o PSD esteve presente lá e esteve muito bem, mal de nós se não estivéssemos. O Senhor Presidente tem prosseguido com esta aventura desta ciclovia, com a sua visão obstinada para aquele traçado, mas o certo é que nós sempre quisemos um traçado diferente, nós nunca fomos contra, mas o traçado tinha que ser outro e o senhor Presidente sempre insistiu naquilo, tanto que passado todo este tempo ainda está com dificuldades em conseguir alcançar o melhor traçado para aquela via, e a culpa é do PSD? Agora a distorção que o senhor Presidente faz das preocupações do PSD pela ciclovia atestam claramente que tudo não passou de uma experiência, uma experiência e demais um exemplo marcante de má gestão vindo do seu Executivo, é isto que fica para a história, pode colocar todas as culpas que quiser em cima do PSD, pode colocar que nós organizamos essa manifestação, que não fomos, de consciência tranquila, mas garantilhe no momento efusivo em que as pessoas se juntam e sabendo lá o que é que aquilo poderia ser, o PSD não se pode esquecer, como eu disse no princípio, também tem pessoas que são do povo e, se calhar, a presença de alguns elementos do PSD também ajudou que aquilo não galvanizasse mais. Obrigado.

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Deputado. Senhor Presidente, tem a palavra.

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Eu pensei que o assunto tivesse ficado encerrado, mas o senhor Deputado insiste, eu quero-lhe dizer que mal ou bem aquele projeto foi um projeto integrado e que foi financiado pelo Fundo Ambiental, que uma das componentes era aquela ciclovia com sensor e sabe quantos ciclistas chegaram a passar ali por dia? 800 passagens. Portanto, aquilo servia muita gente que vivia em Quarteira ia trabalhar para Vilamoura e depois de Vilamoura voltava. Entretanto há um outro troço desde a rotunda do polvo até à entrada de Vilamoura,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

(Handwritten signature)
D.
que não existia na altura e que agora já lá está. Como lhe disse foi um projeto experimental, não tem mal nenhum em experimentar, que mal tem isso? A sinistralidade diminuiu, nunca mais houve ali atropelamentos e sabe agora que não está lá a ciclovia, como deveria estar, agora já estão a pedir lombas, está a ver a diferença que faz e, sim, os senhores estiveram sempre contra porque demagogicamente quiseram cavalgar a incompreensão das pessoas que era uma proposta nova para um novo conceito de mobilidade em Quarteira e os senhores oportunisticamente aqueceram aquelas pessoas todas. Foram 800 ciclistas, vamos fazer uma obra ali a seu tempo para voltar a colocar a ciclovia e aquela ciclovia que dizem que não foram contra, os senhores nunca compreenderam uma coisa, é que aquela ciclovia é para as pessoas governarem a vida, não é para recreio. A ciclovia de recreio, que é a ciclovia que atravessa o Algarve litoral, passa no Calçadão de Quarteira, é aí e essa ciclovia que é da responsabilidade da CCDR, que está lá sinalizada, essa é para recreio para as pessoas passearem, para desfrutarem a frente marítima, isso é outra ciclovia que lá está e que nós também somos favoráveis. Aquela ciclovia é uma ciclovia de pessoas que precisam utilizar aquele meio de mobilidade para o seu trabalho para o seu dia-a-dia e os senhores nunca compreenderam isso e é pena.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Presidente. Tem a palavra Deputada Isilda Guerreiro, do CDS.

A Deputada Isilda Guerreiro (CDS) tomou a palavra e disse: Muito obrigado senhor Presidente. Loulé peca pelas passadeiras que estão muito esbranquiçadas, principalmente nesta época em que as escolas começaram, gostaríamos que essa prevenção tivesse tido sido em conta.

Há uma rua que na Quinta do Lago, que é a rua Douro, que leva a um ponto de observação de aves, estão lá colocadas duas placas, uma à esquerda, outra à direita, que tem trânsito proibido também estrada sem saída. A nossa pergunta será trânsito proibido porquê? Quem colocou aquelas placas, aquele caminho é público ou não é? Quem quiser visitar e avistar as aves vai estacionar onde? No meio da estrada não pode, o estacionamento mais perto é pago e é caro. Alguém com mobilidade reduzida como é que chega para ver as aves? Ou não pode ver aves? Se fizer falta posso juntar fotos que atestam o que estou a dizer.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Relativamente aos esgotos que estão em curso no Cerro do Galo, mas há um problema de saúde pública, na rua de Loulé escorre água suja dia e noite, é um cheiro nauseabundo. Porque razão a Câmara Municipal não tem estruturas para recolher os esgotos enquanto os esgotos não estão a funcionar? Não há respostas, mais de um ano ou dois, porque não se compra outra viatura, inclusive, sugeri ao Presidente da Junta que o fizesse e ajudasse esse trabalho da Câmara Municipal. Muito obrigada. -

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhora Deputada. Peço que entregue as fotos para as depois passar ao Executivo. Maria João Carapeto, do PS, tem a palavra.

A Deputada **Maria João Carapeto (PS)** tomou a palavra e disse: Boa noite senhor Presidente. Apresento a V. exas. os meus cumprimentos, que torno extensivos a todos os presentes e aos que estão lá em casa.

Eu gostaria de perguntar ao Executivo, relativamente às obras que estão a decorrer entre a zona da Kadoc e a Ponte Barão, para quando a sua conclusão? E relativamente à Circular entre o Centro de Saúde e a Estrada de S. Brás. Obrigada---

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhora Deputada. Tem a palavra o senhor Vereador Abílio Sousa.

O Vereador **Abílio Sousa** tomou a palavra e disse: Respondendo à Deputada Isilda Guerreiro, em relação às passadeiras, é um facto, acontece no concelho de Loulé e acontece nos concelhos vizinhos. As passadeiras são pintadas de novo, passados 3 ou 4 semanas voltam a estar com tom escuro e quase que não são visíveis. No entanto, todas as passadeiras junto às escolas, quando iniciou o ano, estavam passadas de novo, pode haver aí alguma situação em Almancil, também passo lá quase todos os dias tanto naquela dos Lápis, como na outra, e vejo pintado de branco de novo. Não sei se pode haver ali uma situação, mas estamos cá para corrigir. ----- Em relação ao Cerro do Galo, é uma obra que tem corrido não tão bem como desejávamos, estamos quase a chegar ao prazo final da sua execução. ----- Quanto à Rua de Loulé, desconhecia que existia corrimento de esgoto a céu aberto. Quando é assim, deve ser feita a participação porque por vezes nós não temos olhos em todo o sítio e se não nos avisarem não temos conhecimento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

*António
Cardoso
V.*

Quanto à passagem na Infra, como sabe é numa área que é da gestão das Infras, não consigo dar resposta neste momento porque quem faz a gestão naquela área é a Infraquinta. -----

A Ponte do Barão, é uma obra executada numa zona de muito movimento por uma empresa que até tem feito os trabalhos sempre dentro do prazo, mas junto àquela discoteca e numa zona de que tem sempre uma grande ligação de tráfego entre o concelho de Loulé e o concelho de Albufeira, teve alguns atrasos, mas as datas apontam para a conclusão ficar concluída a obra em outubro. -----

Quanto à Circular, ficará concluída no primeiro semestre de 2025. É tudo. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Vereador, excedeu em 19 segundos, o PS deu 4 minutos, quero dizer que em relação aos 11 que tem, apenas restam 2. Tem a palavra o Deputado João Carlos Santos, do GM do PSD. Alerto para o pouco tempo que dispõe, de qualquer maneira tem 10 segundos de tolerância. Obrigado. -----

O Deputado João Carlos Santos (PSD) tomou a palavra e disse: Obrigado senhor Presidente. Senhor Presidente da Câmara, os utentes da ciclovia usavam-na por falta de alternativa, mas as maiores críticas eu ouvi vindas de utentes, sem falar nos prejuízos em viaturas. O que aqueceu as pessoas naquela noite foi a sua má decisão no que toca ao traçado que o senhor definiu nada mais. No entanto, estamos esperançosos pelo novo formato, um formato que seja consensual, porque aquele não foi, e que realmente seja prático para a vida das pessoas. Muito obrigado. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Deputado. Senhora Deputada Sandra Castro do GM do Partido CHEGA, tem a palavra. -----

A Deputada Sandra Castro (CHEGA) tomou a palavra e disse: Cumprimento o senhor Presidente e na sua pessoa, todos os que estão aqui na sala e a quem nos assiste lá em casa. -----

Eu tenho apenas duas questões, que gostaria de saber como é que se encontra o ponto de situação do Centro de Dia de Vale Judeu, em São Sebastião, e depois queria saber, também já aqui há tempos se falou nesta Assembleia, no tema Auditoria Mais Transparência e ficou aqui definido que a Câmara Municipal iria pedir essa auditoria. Gostaria de saber se já está a ser feita alguma coisa em relação a esse pedido da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Auditoria. Obrigado. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhora Deputada, Senhor Presidente, tem a palavra. -----

O Presidente da CML tomou a palavra e disse: O Lar de Idosos de Vale Judeu, continuamos a trabalhar, quer a Associação, quer a Câmara Municipal de Loulé. Houve necessidade de juntar uns terrenos por causa dos lugares de estacionamento, mas é um processo que está bastante avançado e que está a decorrer o trabalho para que a Associação possa abrir o concurso e a Câmara Municipal naturalmente irá apoiar a construção desse Lar de Idosos, a Câmara Municipal está empenhadíssima para que esse equipamento, que tanta falta faz no concelho de Loulé, possa desenvolver-se. Estamos a trabalhar e quando houver condições para anunciar qualquer data da parte da Associação para abrir um concurso, porque tem de haver um procedimento de contratação pública, será divulgado na altura própria. ----- Sobre a auditoria. Como disse, aqui nesta casa houve um processo de averiguações, inquéritos abertos por parte da autoridade policial e nós não quisemos ter nenhuma interferência e por isso simplesmente paramos essa nossa intenção. Como não temos, até hoje, nenhuma comunicação de que esse processo tenha sido encerrado, a situação mantém-se exatamente no mesmo ponto. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Presidente. O Partido CHEGA deu 1 minuto ao CDS, tem a palavra senhora Deputada Isilda Guerreiro, do CDS. ---

A Deputada Isilda Guerreiro (CDS) tomou a palavra e disse: Muito obrigado senhor Presidente. Vou ser breve, apenas duas questões, queria questionar o Executivo, se o plano de lixo orgânico funciona, os chamados contentores castanhos, qual é o feedback que têm desta iniciativa? -----

Queria também parabenizar pela inauguração do Pavilhão de Almancil, muito em breve. Questiono como é que vai ser gerido? Que tipo de utilização está previsto? A Escola do Agrupamento fez um pedido de utilização porque tem as suas estruturas saturadas, gostaria de saber se esse pedido já foi respondido e se há planos nesse sentido? Para já é tudo, obrigado. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O Presidente da AML disse: Muito obrigada senhora Deputada. Senhor Presidente, tem a palavra.

O Presidente da CML tomou a palavra e disse: O senhor Vereador com o pelouro do Ambiente, não está aqui, mas eu posso dar-lhe alguma informação sobre a pergunta que me faz. Tem havido um aumento constante do número de toneladas de lixos orgânicos recolhidos na rede de contentores que tem vindo a crescer no município de Loulé, no entanto, constata-se também alguma incompreensão da parte de muitos cidadãos que utilizam aqueles contentores para pôr lá todo o tipo de lixo. É um desgosto ver aquilo, eu próprio utilizo, muitas vezes vou levar o lixo, e vejo sacos de plástico, caixas de papelão, um horror! e, portanto, reconheço que a Câmara Municipal de Loulé tem que reforçar a campanha junto dos cidadãos porque aquilo é lixo com valor em muitos sentidos. Temos que reforçar a campanha de esclarecimento para que é que serve aquela rede de contentores, aquilo é para lixo orgânico biorresíduos e não mais.

Sobre o Pavilhão, convido a Senhora Deputada a associar-se à grande festa que vai ser no dia 6 de outubro, durante uma semana o Pavilhão estará aberto diariamente à população, muitas das perguntas que fez serão respondidas naturalmente. Tudo foi planeado, tudo está a ser articulado sobretudo com as Associações de Almancil para que o Pavilhão de Almancil possa servir em primeira linha os jovens de Almancil, jovens e cidadãos adultos, mais idosos, é um grande equipamento que não é só um pavilhão desportivo, mas é também uma Biblioteca pública e são outros espaços que vão enriquecer muito a oferta para a dinamização e a coesão social daquela vila quase cidade.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Presidente. Senhora Deputada Isilda Guerreiro, do CDS, tem a palavra.

A Deputada Isilda Guerreiro (CDS) tomou a palavra e disse: Agradeço os esclarecimentos do senhor Presidente e recomendava que reforçasse com as ditas Associações que algumas se queixam que não foram consultadas sobre os destinos do Pavilhão. Tive a oportunidade na última Assembleia de Freguesia de Almancil, foi até inclusive isso discutido, foi questionado ao Senhor Presidente estas mesmas questões que coloquei aqui. O Senhor Presidente não me respondeu em relação ao pedido do Agrupamento de Almancil, mas acredito que vai ser atendido. Recomendo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

que reforce esse contacto com as Associações. Muito obrigado.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhora Deputada. Concluímos assim o Período de Antes da Ordem do Dia. Como sabem o executivo excedeu o seu tempo, para além do tempo dado pelo Partido Socialista. De qualquer maneira, o nosso Regimento prevê, para as perguntas dos senhores Deputados, não fiquem sem resposta. O Executivo possa ter mais tempo, penso que tem havido uma gestão criteriosa dos tempos.

3- Período da Ordem do Dia;

O Presidente da AML disse: Como é do vosso conhecimento, em virtude de toda a documentação que vos foi enviada, o Executivo solicitou à Mesa da Assembleia que fosse ponderada a possibilidade de incluir na Ordem de Trabalhos da sessão de hoje um conjunto de propostas relativamente a assuntos que considera ser de extrema importância e urgência.

No dia 17 foram enviados aos Grupos Municipais por WhatsApp e no dia 18 a todos os Deputados as propostas relativas aos Contratos Interadministrativos e aos concursos de concessão para apoios de praia. No dia 19 foram também enviadas a todos os Deputados e Deputadas, as propostas nos termos do artigo 88 a) e 89 do PDM Declarações de Reconhecido Interesse Municipal relativamente às antenas necessárias para a cobertura do interior. Os links com as propostas foram enviados com uma semana de antecedência aos Senhores Deputados e às Senhoras Deputadas. Foi consultada a Conferência de Representantes relativamente a esta inclusão na Ordem de Trabalhos, não tendo havido consenso relativamente à inclusão ou não dos referidos assuntos na Ordem de Trabalhos desta Sessão.

Uma vez que este assunto se encontra regulamentado no número 3 do artigo 50 do nosso Regimento irei dar a palavra ao Executivo para que faça apresentação dos seus motivos para reconhecimento da urgência da deliberação imediata relativamente às propostas apresentadas e seguidamente darei a palavra aos Deputados que o pretendam. Não haverá debate apenas apresentação de motivos do Executivo e dos Deputados que pretendam fazer após que farei uma breve súmula e colocarei o assunto à votação.

Senhor Presidente, tem a palavra.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

C. O Presidente da CML tomou a palavra e disse: Senhores Deputados, eu pedia-vos que fossem condescendentes com este pedido da Câmara, porque aquilo que motiva o pedido é nada mais nada menos que assuntos muito importantes para a vida das pessoas do nosso concelho e que alguns deles se arrastam há anos, noutras casas o tempo passa e há obras que precisam de ser feitas. -----

Primeiro os Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia. Tratam-se de obras que é preciso fazer em escolas, tratam-se de pavimentações de caminhos e, portanto, é bom que esta decisão seja tomada hoje aqui para que possamos desencadear todo um conjunto de decisões que vêm na sequência da vossa aprovação dos Contratos Interadministrativos com as Juntas. -----

Os concursos para concessão em Apoios de Praia, é a primeira vez que a Câmara Municipal está aqui com esta responsabilidade e tem esta competência e todo o tempo que se possa ganhar aqui é importante. São apoios de praia, apoios mínimos amovíveis, apoios de balneários, apoios simples de cafés e snacks e tudo isto tem que ter um concurso público para poder atribuir e concessionar estes Apoios de Praia. Sobre três antenas que faltam para cobrir finalmente todo o interior com a comunicação e a cobertura digital com as comunicações por telemóveis, é um processo que também foi muito moroso e muito lento e qualquer ganho de tempo aqui é muito importante para que o mais rapidamente possível a instalação das 3 antenas que faltam, no total das 15 faltam apenas faltar instalar mais 3. São assuntos muito importantes e eu pedia a vossa anuência para aprovarem a abertura dos procedimentos para estes três assuntos importantes. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Presidente. Vou dar a palavra aos Grupos Municipais que pretendam fazer uso da palavra, sem contagem de tempo como viram, também não foi contado tempo para o Executivo, esta discussão será sem contagem de tempos. Dou a palavra aos Grupos Municipais, que a pedirem. ---- Carlos Martins, BE tem a palavra. -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: Nós ouvimos com atenção aquilo que o senhor Presidente afirmou e chegamos à conclusão que realmente confirmamos a opinião que tínhamos sobre estas urgências. Tem sido prática recorrente e a exceção se transformou em regra, que após a aprovação da Ordem de Trabalhos e divulgação do Edital da Sessão, a Câmara Municipal solicita alteração da Ordem de Trabalhos com introdução de mais assuntos para deliberar alegando uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

[Handwritten signatures]

pretensa urgência que na nossa opinião não se justifica. Desta vez são mais 9 propostas aprovadas em Reunião de Câmara do dia 16, acrescidas de mais 4 aprovadas no dia 23 a juntar às 9 que consta na Convocatória. Portanto, teremos aqui 22 propostas para deliberar. Após conhecimento do email do dia 16 ou 17, manifestamos a indignação e discordância contra a alteração da Ordem de Trabalhos, tendo proposto a convocatória de uma Sessão Extraordinária. Se tivesse sido aceite, tínhamos pougado tempo, o assunto ficaria resolvido na primeira quinzena de outubro ou até no dia 30 de novembro e todos teríamos condições para debater e votar em consciência as propostas em causa. Para o BE, todas as propostas camarárias merecem a nossa melhor atenção e importância, desde que sejam do interesse das populações e contribuam para o desenvolvimento sustentável do Município. Não estamos contra o objetivo das propostas e sempre temos votado a favor outras de natureza igual, mas tão só votamos contra a alteração proposta pelo facto de não ser possível analisar tantos assuntos em tão pouco tempo. A manutenção desta intenção põe em causa os direitos dos deputados e do funcionamento do órgão fiscalizador da Câmara Municipal. Passar cheques em branco e votar para agradar o senhor Presidente da Câmara não é bom para a democracia, nem significa este órgão. Por outro lado, convém não esquecer que o prolongamento das sessões impede os cidadãos de participar e os Partidos de apresentarem questões ou pedidos de informação ao Executivo. Caso mantenham a solicitação da votação, convém esclarecer a situação de voto dos Presidentes da Junta e exigir a votação proposta a proposta. Obrigado.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Deputado. Eu não percebi a proposta a proposta, à votação da aceitação da inclusão? Tem a palavra.

O Deputado Carlos Martins (BE) tomou a palavra e disse: senhor Presidente, caso mantenha-se a decisão de votar ou for aprovada a votação, convém esclarecer a situação de voto do Presidente de Junta, relativo ao contrato inerente com a sua freguesia e exigir que a votação da proposta seja feita caso a caso e não todas no bolo.

O Presidente da AML disse: Senhor Deputado, nunca houve nenhuma votação em conjunto de propostas desse género, até as próprias Atas que era fácil colocar as Atas em pacote, para serem votadas, é sempre colocada proposta a proposta. A questão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O dos Presidentes de Junta, é outra questão e abordá-la-emos depois. Tem a palavra Hélder Faísca, do PSD.

O Deputado Hélder Faísca (PSD) tomou a palavra e disse: Obrigado senhor Presidente. Nós já manifestamos, na Conferência de Representantes a nossa posição e é evidente que se fosse uma proposta, digamos que poderia ser aceitável, 13 acho que é inconcebível. Acho que revela uma enorme falta de planeamento garantidamente. Tal como o Bloco de Esquerda, nós sugerimos que fosse convocado a uma Reunião Extraordinária e se tivesse sido convocado a Reunião Extraordinária de certeza que não perderíamos muito tempo. Para nós todos os assuntos que vêm a esta Assembleia são urgentes e de muita importância, não vêm aqui assuntos que não sejam importantes, são importantes e todos eles são urgentes. Eu não percebo como é que um assunto que se arrasta há anos ao fim de anos é urgente. A principal objeção é nós começarmos uma Assembleia com o prolongamento anunciado. Se a Assembleia correr mal, porque houve um atraso qualquer no início, porque se debateu mais, porque foi mais acesa, e podemos ficar mesmo mais meia hora ou continuar no outro dia, é uma situação, agora nós começarmos com o prolongamento anunciado também concordamos com o Bloco de Esquerda, estamos a tirar direito de intervenção ao público e estamos a perder intervenção dos partidos. Portanto, nós somos contra a introdução de 13 propostas, isto porque essa introdução iria obrigar a uma continuação, daqui a pouco mais vale dizer para votarmos todos a favor. Nós temos sempre votado a favor desses assuntos, não pomos em causa, mas temos que ter o direito de analisá-los e não pode haver prorrogações anunciadas, não somos a favor disso. Muito obrigado.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Deputado. Apenas esclarecer o senhor Deputado Hélder Faísca, que a Conferência de Representantes já em mais que uma vez, colocou e previu datas para situações em que as Assembleias pudessem não concluir na própria sessão, portanto, não é novidade nenhuma, essa é da minha responsabilidade. Fiz-lo porque sempre foi feito em reuniões da Conferência de Representantes, aliás, porque também temos que prever o acompanhamento pelos audiovisuais, portanto, estas coisas podendo ser planeadas. Eu percebo que uma coisa é uma Ordem de Trabalho estabelecida que se prolonga mas já foi em Conferência de Representantes falado e combinado se se prolongar fazemos deste modo. Tem a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

palavra Hélder Faísca, do PSD. -----

O Deputado **Hélder Faísca (PSD)** tomou a palavra e disse: Senhor Presidente, nessa altura eu não estava na Conferência de Representantes, porque se tivesse manifestaria a oposição. Eu criticava o meu líder de bancada por aceitar isso. -----

O Presidente da AML disse: Tem a palavra a senhora Deputada Ana Poeta, do PAN. -----

A Deputada **Ana Poeta (PAN)** tomou a palavra e disse: Senhor Presidente, concordo com as posições apresentadas anteriormente e concordo, inclusivamente, com a urgência de algumas das propostas, no entanto, considero que o Executivo envia constantemente as propostas a serem inseridas assim “em cima do joelho”. Provavelmente se tivessem levado as propostas atempadamente à reunião do Executivo não estaríamos agora nesta pressão. Estamos a falar de matérias que são importantes, mas o tempo que as bancadas tiveram para se preparar é claramente insuficiente. Eu pessoalmente e a minha bancada discorda com a introdução das propostas, não tivemos tempo de estudar ou de sermos esclarecidos atempadamente. Não estamos contra a população, mas estamos sim contra a forma como as mesmas estão a ser imputáveis. -----

O Presidente da AML disse: Obrigado, senhora Deputada, tem a palavra a senhora Deputada Carla Gomes, do GM da CDU. -----

A Deputada **Carla Gomes (CDU)** tomou a palavra e disse: Obrigado senhor Presidente. Partilho daquilo que já foi dito pelas várias bancadas, uma exceção depois torna-se regra. É verdade que tem existido e já se tem pedido por parte do Executivo que entrem até mais para conhecimento de deliberação de propostas, no entanto, 13 é extremamente excessivo e fazer política “à la minuta” porque se demorou anos, não me parece que seja uma boa política por parte do Executivo. As bancadas, e penso que falo por todas, não tiveram tempo para se preparar para a análise das propostas enviadas para fazer uma votação consciente, a matéria pode ser efetivamente até de leitura fácil e que seja de votação favorável, mas, no entanto, nós não podemos só ler as letras gordas. Não é só o Senhor Presidente dizer que é para isto e para isto e para aquilo e que não há um conhecimento profundo, ninguém analisou, ninguém questiona. Eu vou dar um exemplo muito concreto e eu vou pôr aqui na minha fase



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

[Signature] daquilo que conheço bem. O que está a acontecer agora é setembro e outubro, salário líquido mais alto por redução do IRS, mas como não se lê as propostas ninguém diz, em abril vão pagar o que receberam agora e eu não posso votar uma proposta que não sei se efetivamente há uma solução melhor porque eu não tive tempo de a preparar. Treze propostas já com uma Ordem de Trabalhos definida, isto é inédito fazer política “à la minuta” deve ser só na Câmara de Loulé. -----

O Presidente da AML disse: Obrigado, senhora Deputada. Senhor Deputado, Carlos Costa, do PS, tem a palavra. -----

O Deputado Carlos Costa (PS) tomou a palavra e disse: Obrigado senhor Presidente, de facto, estamos perante uma situação atípica pelo seu número de pedidos de introdução, reconhecemos isso, mas ao mesmo tempo as matérias em causa são matérias que sempre tiveram a concordância e nunca houve grande discussão de fundo sobre este tipo de assuntos. Temos que reconhecer do ponto de vista do debate há detalhes pode haver alguma falência deste processo, mas o que vos digo é que a urgência e a evidência deste processo e o objetivo que elas servem nos leva a ceder o propósito de introduzir essas questões. O interesse público está iminente, pode pecar um pouco por alguma falência no debate, mas penso que as matérias, nomeadamente os contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia, que são órgãos autónomos e que estas verbas e estes contratos iriam manter o seu ritmo de trabalho e de objetivos junto das populações. Quanto aos contratos das concessões, os apoios têm timings, têm de ser preparados para a próxima época balnear, estarem concessionados atempadamente para servirmos uma área que tanto se fala no turismo. Estes apoios são importantes para a economia local. Relativamente às antenas de telemóvel é idêntico. A bancada do PS reconhece efetivamente a situação atípica da densidade do número de propostas, deixa a mediação ao Presidente da Assembleia o considerar a aceitação. Para nós, Grupo municipal do PS, grupo que sustenta a Câmara Municipal, entende que temos que mais uma vez, atender ao proposto para resolver, resolver os assuntos, atendendo às necessidades das populações. Disse. -----

O Presidente da AML disse: Obrigado senhor Deputado, é isso que a Mesa tem estado a fazer. que é o que tem feito, mediar esta situação uma vez que não houve



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

consenso em sede de Conferência de Representantes, aqui estamos nós a trazê-la ao plenário tal como está no Regimento.

Está inscrito o Deputado António Martins, mas atendendo à alternância, tem a palavra Isilda Guerreiro, do CDS.

A Deputada **Isilda Guerreiro (CDS)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado senhor Presidente. Eu revejo-me em todas as posições que aqui estão. O meu líder de bancada, teve a oportunidade de o fazer na Conferência de Representantes. Os assuntos que aqui são trazidos são todos urgentes, não é isso que está em causa, agora se não fossem importantes serem estudados e analisados quanto mais não seja para termos uma palavra a dizer ou sabemos daqui o do que está aqui a ser aprovado não valia a pena cá trazer, ou seja, não faz sentido para nós aprovar o que quer que seja sem conseguir ler mais do que o título, e eu estou a falar por mim e acredito que todos nos revemos nessa situação. Estamos nós a perder tempo e não marcamos logo mesmo para o dia 30, como estava aqui proposto, uma Assembleia Extraordinária onde poderíamos ter mais uma semana ou menos do que isso até para analisar estes temas onde teríamos público que viesse questionar outros assuntos. Isto parece-me aqui a lei da rolha, isto não é uma situação nem duas, é constantemente e nunca esta Assembleia recusou a introdução de pontos, mas estamos a falar de 22 assuntos. Um Deputado em tempo normal, somos todos aqui trabalhadores, não consegue analisar 50 páginas que cada uma destas propostas têm. Lamento, mas estamos a falar de 500.000.00€, que vamos dizer sim, só assim numa soma rápida que vamos dizer sim vai para as Juntas. Está tudo bem, vai tem o direito de ir, mas nós temos que ler porque foi para isso que nos elegeram para estarmos aqui. Obrigada.

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhora Deputada. António Martins, tem a palavra.

O **Deputado António Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte)** tomou a palavra e disse: Para poupar tempo, na sua pessoa cumprimento todos os presentes e a quem nos assiste lá em casa. Eu vou falar em nome de todos os Presidentes de Junta, duvido que algum discorde do que eu vou dizer. Antes de mais compreender perfeitamente as objeções que as bancadas da oposição colocam relativamente ao número de temas a incluir. No entanto, gostaria de explicar aqui uma coisa e fazer um apelo. Todos os assuntos são urgentes, vêm aqui obviamente e merecem ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

(Assinatura)
discutidos. O jogo político também é feito aqui e é pertinente e obviamente deve ser feito e quando dizem que a continuação desta Sessão iria retirar tempo ao público e às bancadas da oposição para outros assuntos é um facto. Mas eu gostaria de fazer este apelo, dizendo que fica feito e o aviso ao Executivo para tentar que estas coisas não aconteçam mais vezes, mas apelo que desta vez aprovem por uma razão muito simples. Se há acréscimos aos contratos Interadministrativos é porque as Juntas de Freguesia trabalhando em prol das populações esgotaram as verbas que tinham para obras até ao final do ano e precisam de continuar as suas obras e de aumentar e de poder fazer aditamentos aos contratos Interadministrativos. Estamos a falar de abastecimento de água, projetos, estamos a falar de pavimentação de estradas, estamos a falar de rede móvel no interior em zonas que ainda não têm qualquer tipo de comunicação. Vocês devem compreender que qualquer adiamento, considerando que a elaboração de um contrato Interadministrativo não é imediato, mais um mês, mesmo que o dinheiro venha, vai inviabilizar que as obras sejam feitas até ao final do ano e é essa a nossa urgência. Ou seja, nós queremos fazer trabalho, queremos desenvolver trabalho e, obviamente, precisamos de reforçar as verbas para esse trabalho. Como vos disse são coisas absolutamente essenciais para as populações, é água, são comunicações, são pavimentações de estradas, é saneamento. Compreendo as objeções em termos processuais e de espaço de debate político, mas ao fazer isso vamos prejudicar as populações e quero que vocês tomem consciência, disto, vamos efetivamente prejudicar as populações porque um mês de atraso é demasiado, estamos em setembro a entrar em outubro, há obras que têm que ser terminadas até ao final do ano. Sei que todos os Presidentes da Junta me acompanham, por isso é que há tantos aditamentos aos contratos Interadministrativos. Em nome das populações de Loulé, desta vez e se calhar a última, não sei discutam entre vocês, mas apelo a que introduzam e discutam isto. Será sempre mais rápido prolongar esta Sessão do que marcarmos uma nova e isso para as populações é essencial. Obrigado.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Deputado. Tem a palavra a senhora Deputada Sandra Castro, do CHEGA.

A Deputada Sandra Castro (CHEGA) tomou a palavra e disse: Muito boa noite. Eu não posso deixar também de expressar a minha opinião, não quero ser repetitiva, mas nós também acompanhamos a opinião de toda a gente praticamente menos a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

bancada do PS é que não concordou. Acho que não se trata de serem assuntos urgentes, mais urgentes, menos urgentes, e é engraçado porque agora vocês querem fazer de nós, Deputados, que votamos contra e que já tínhamos expressado a nossa opinião, inclusive, tínhamos dado a ideia de fazer uma Sessão Extraordinária para falar desses assuntos urgentes. Agora querem fazer de nós a ovelha negra, nós agora é que somos maus, porque não deixamos que vocês façam as coisas. Deviam ter pensado atempadamente e deviam ter planeado de outra forma, porque não é primeira, nem segunda, nem terceira vez, que nós acedemos a que o Executivo prolongue e estamos sempre com boa vontade, mas chega a um ponto que é demais. Nesta situação não é só votar, nós temos que votar conscientemente. Vocês acabaram de dizer 5 ou 10 minutos e votamos isto, não, não, nós temos que saber o que é que estamos a votar e ninguém mais do que nós que estamos aqui quer defender os interesses dos municípios de Loulé porque é muito engraçado agora passarem a batata quente, de adiarmos. Nós percebemos a urgência e acompanhamos essa urgência, mas também todos os assuntos que cá vem em princípio são do interesse dos municípios. Em relação a estes temas que querem introduzir desta vez sinceramente nós somos da opinião que não e eu queria também deixar aqui expressa a minha opinião, tal como os meus colegas.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhora Deputada. Senhora Deputada Carla Gomes, da CDU, tem a palavra.

A Deputada **Carla Gomes (CDU)** tomou a palavra e disse: Obrigado senhor Presidente. É só para deixar aqui, que o senhor Presidente de Junta, António Martins disse, que ao não concordarmos com a entrada destas propostas prejudicamos as populações. Eu fiquei um bocado escandalizada com esta afirmação. O Executivo há anos que está para fazer as propostas, traz hoje como matéria de urgência, mas a água falta há quantos anos? Há quantos anos falta saneamento básico em Loulé? Há quantos anos é que é urgente? Não ponham em cima dos Deputados eleitos a responsabilidade de uma má gestão do Executivo. Isto é campanha política já aqui por parte do PS para acabar tudo neste Mandato? É porque a Circular está a acelerar agora, há 8 anos que está a construir. É tudo urgente hoje? Não nos ponham, nos deputados eleitos pela população, as culpas ou assumir que estamos a prejudicar. Toda a matéria que vem a esta Assembleia é urgente, o tempo de execução já passa para o Executivo, que às vezes não é tão urgente. Nós compreendemos que todas as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

- (Signature)*
O. propostas são essenciais para a população. Se eram tão essenciais tomassem as medidas mais cedo, não jogassem hoje 13 propostas e dissessem votem e rápido! – Obrigada.
-

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhora Deputada. Senhor Deputado João Ferreira, do PSD, tem a palavra.

O Deputado João Ferreira (PSD) tomou a palavra e disse: Obrigado senhor Presidente. Quem diz aqui que esta proposta não é urgente é o Executivo, que a traz atrasadamente para aqui. Portanto, quem traz uma proposta atrasada é que diz que não é urgente. Falou-se aqui no interesse público, também é do interesse público manter a democracia e para manter a democracia esta casa é uma casa de fiscalização do Executivo, mas também é uma casa de democracia, portanto, nós temos que analisar as propostas e temos que depois votar com consciência. Já tinha manifestado isto à Mesa já há muito tempo, que também é outra coisa paralela que foi falada aqui, mas convém explicar bem para quem lá está em casa para nos ouvir. Se houver 4 Assembleias Municipais, sejam elas extraordinárias ou não, porque há muitos trabalhos é bom sinal, é sinal que a Câmara Municipal está a evoluir e está a fazer bastantes trabalhos, mas fazer adiamentos em que está constantemente a fazer, retira a voz do público, retira a voz dos Deputados da oposição que têm assuntos para trazer aqui. De outra forma mais vale deixar aqui uma procuração, entregamos ao Senhor Presidente e ele vota por nós e daqui a 4 anos logo vamos a eleições.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Deputado. Tem a palavra o senhor Deputado António Martins, do GM do PS.

O Deputado António Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte) tomou a palavra e disse: Senhor Presidente, eu efetivamente, acho que devíamos poupar tempo, o que estamos aqui a discutir, já tínhamos discutido 3 ou 4 das propostas que estão em cima da mesa. Só para esclarecer, este processo que levou a que viessem estas propostas aqui neste momento não é responsabilidade apenas da Câmara Municipal. Este processo, foi um processo de negociação, nomeadamente, no aditamento os programas com as Juntas de Freguesia, foi um processo de negociação que decorreu durante o Verão entre as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal para saber se tínhamos verba ou não tínhamos verba para fazer as coisas. Nem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

sempre as coisas são fáceis e simples. Quando terminámos fizemos as nossas propostas à Câmara Municipal, provavelmente, nós, Juntas de Freguesia, também já um pouco tarde para poder a Câmara Municipal agilizar as coisas. Vamos partilhar aqui a responsabilidade, eu assumo no caso da Junta de Freguesia de Alte, sim, provavelmente, enviamos a nossa proposta que é urgente em cima da hora e, portanto, também somos responsáveis pelo atraso, o que não retira de maneira nenhuma a importância e urgência que o fornecimento de água tem às nossas populações. Se queremos, e isso era para ontem, sempre foi, é verdade, vocês têm razão, sempre foi. Desde quando é que há falta de água? Desde sempre, desde o PSD, desde o PS que há falta de água. Neste momento, assumimos que a resolução do problema da água é uma das prioridades e não é para amanhã é para ontem, já devia ter sido no interior e em Loulé vão sentir cada vez mais. Já sentem o problema do calcário e vão sentir mais. Tudo quando seja feito para resolver o problema do abastecimento de água é para ontem e, portanto, aquilo que eu vos peço é nós estamos a trabalhar, nós e a Câmara Municipal, em novos projetos de abastecimento de água, no caso da Freguesia de Alte para 4 localidades. Se vocês quiserem ter a responsabilidade de adiar isso mais um mês e ver e ver se até ao fim do ano isso não é possível de fazer, estejam à vontade. Obrigado.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Deputado. Tem a palavra o senhor Deputado Carlos Martins, do BE.

O Deputado Carlos Martins (BE) tomou a palavra e disse: Realmente nós já sabíamos que íamos ser o mau da fita e esta demagogia barata do Senhor Presidente da Junta que diz que somos culpados do adiamento por mais um mês. Nós propusemos uma Assembleia Extraordinária, no dia 30 de novembro e não foi concedida, como é que o senhor vem falar que a torneira fecha se não aprovarmos o fornecimento de água para um sítio qualquer. Como se a obra do fornecimento de água fosse abrir a torneira e está pronta. Isto é pura demagogia que não vale a pena discutir. Assim não vamos lá. É como a reparação das escolas, as escolas já iniciaram e agora detetaram que precisam ser reparadas, é outra urgência. As antenas se calhar já estão montadas e é urgente legalizar a situação. Tudo é urgente, mas senhor Presidente não remeta as culpas para cima de mim, não remetam.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Deputado. Senhor Deputado Carlos Costa, do PS, tem a palavra.

O Deputado **Carlos Costa (PS)** tomou a palavra e disse: Obrigado senhor Presidente. Queria-lhe dizer que todos os assuntos são importantes que vêm a esta casa, merecem o máximo de respeito e o máximo de debate, indiscutível. Mas Senhores Deputados, nós não estamos aqui a discutir ou a aprovar o Plano ou o Orçamento, não estamos aqui a aprovar o PDM, um Plano importante, isto também é importante, mas temos um histórico, senhores Deputados, não façam também demagogia eu não sei onde é que anda demagogia e a hipocrisia. Não façam isso, por favor, porque são assuntos que sempre tiveram concordância e unanimidade, não me recordo nenhum chumbo, nenhuma reprovação, nenhuma negação em documentos deste tipo. Aliás, o foco das Juntas que foi levantado pelo Presidente da Junta de Freguesia de Alte, é uma realidade estar com as populações, é uma necessidade. Reconhecemos que há uma grande pressão e supostamente o Executivo tirará daí as suas ilações do ponto de vista de apresentar as questões no futuro, como deve ser. Mas a questão que aqui está, não é hipocrisia, nem demagogia, reporta ao histórico e no histórico nunca houve um chumbo de um contrato Interadministrativo, nunca tivemos uma reprovação de matérias deste género ou das antenas ou de outra utilidade que decorreram e estão aprovados. Disse senhor Presidente.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Deputado. Tem a palavra António Martins, do PS.

O Deputado **António Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte)** tomou a palavra e disse: Tenho que responder à questão da demagogia. Eventualmente eu não me expliquei bem ou os senhores Deputados não perceberam o que eu disse, o que vai dar ao mesmo. No caso da minha freguesia não está em causa uma obra de abastecimento de água, está em causa a elaboração de projetos de abastecimento de água, que significa que se for aprovado na continuidade desta Sessão a 30 de outubro, como disse o senhor Deputado do BE, estarão prontos para entrar no orçamento do próximo ano. Se não for aí não estarão prontos e a obra não será feita no próximo ano, é só para esclarecer isto, não é demagogia, é timing.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

[Handwritten signatures]

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Presidente de Junta. Tem a palavra o Deputado Hélder Faísca, do PSD, peço que seja breve, já não vou aceitar mais inscrições. -----

O Deputado Hélder Faísca (PSD) tomou a palavra e disse: Eu vou ser breve senhor Presidente, eu reitero que para mim todos os assuntos são urgentes e são importantes porque senão não vinham cá. Agora a grande urgência dos contratos interadministrativos, a maior parte das Juntas neste momento já fizeram Assembleias de Freguesia e não levaram isto lá, portanto, os contratos só serão válidos, de facto, em dezembro a não ser que façam uma Sessão Extraordinária só para isso. Muito obrigado. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Deputado. Vou dar a palavra ao Executivo, uma vez que estes assuntos também têm a ver com o Executivo. Tem a palavra senhor Vice-Presidente. -----

O Vice-Presidente, David Pimentel tomou a palavra e disse: Muito obrigado senhor Presidente, apenas mais umas breves notas. Compreendo perfeitamente aquilo que tem sido aqui debatido. Tomem nota: Os 6 contratos Interadministrativos que vieram adicionalmente, foram deliberados na Reunião de Câmara do dia 16 de setembro. Em condições normais esta Assembleia era na sexta-feira, pois normalmente é às sextas-feiras que nós temos Assembleias Municipais e foi na quarta-feira. Teríamos 8 dias úteis para cumprir o prazo. A deliberação foi feita com 7 dias úteis antes da Assembleia e são 6 contratos Interadministrativos que têm sido deliberados, foram em Reunião de Câmara por unanimidade e esta casa tem sempre deliberado por unanimidade. Aquilo que todos nós temos concordado, capacitar as Juntas que estão mais próximas da comunidade de intervir com outra celeridade e com outra proximidade e isso é um assunto que pecou por um dia 6 propostas de contratos interadministrativos, para dotar as Juntas de capacidade de fazerem obras, repavimentações, intervenções de reparação e manutenção nas escolas EB2/3, que recebemos essa competência recentemente na Câmara Municipal e está a ser delegada nas Juntas, tal qual como as Escolas do 1.º Ciclo e o Pré-escolar, e as Juntas já têm equipas de intervenção rápida para essas questões. Não são manutenções significativas, senhor Deputado Carlos Martins, são as manutenções correntes e regulares de um puxador, de uma janela que fica com problema e não se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

(Assinatura)
J. fecha, é isso que estamos a passar e dotar as Juntas de Freguesia para fazer esse tipo de intervenções. -----

Falou-se aqui de projetos de abastecimento de águas e é importantíssimo. Temos uma central de bombagem de água também por uma área que não tem que é em Júlias, em Alto. Estes 6 contratos não são complexos de analisar são semelhantes a todas as alterações de contratos que temos trazido a esta casa e têm sido sempre deliberados por unanimidade e falhou por um dia. -----

Os 3 concursos de Concessão dos Apoios de Praia são concursos públicos de espaços a concessionar que têm que estar prontos antes da próxima época balnear. Qualquer atraso e qualquer litigância que haja neste processo vai arrastar e provavelmente no próximo verão vamos estar aqui a dizer todos que não temos concessionados os espaços dos apoios de praia. Esses 3 Apoios de Praia foram também à Reunião de Câmara do dia 16 e só não estão na Ordem de Dia por um dia, porque por um dia teríamos tido os 8 dias úteis que o Regimento determina. Os únicos assuntos que pecam mais por esse atraso, e que o Senhor Presidente disse que há anos que andamos a trabalhar neles, tem a ver com a digitalização no interior e tem a ver com 3 antenas depois de termos diversas vezes trazido Declarações de Inequívoco Interesse Público, para instalar antenas em terrenos que não têm finalidade para esse fim, mas que é absolutamente essencial para garantirmos 98% da cobertura do interior e que todos queremos e que são sempre iguais, o que muda são as localizações. Os considerandos e as análises técnicas são semelhantes, mediante os terrenos estarem em REN ou estarem em RAN, mas é para dotarmos a capacidade de, rapidamente e finalmente, termos todas as pessoas que viajam no nosso interior e que residem no nosso interior a terem rede de telemóveis. E, sim, esses assuntos, os 3 assuntos dos 12, o 13.º não foi trazido, que tem a ver com outra Declaração de Interesse Público, portanto, são 12 efetivamente, Senhores Deputados, os últimos 3 são os únicos que foram deliberados na Reunião de Câmara Extraordinária de segunda-feira e pedido expressamente, porque é a rede de digitalização do interior que viesse para esta Assembleia Municipal. Os outros, que são 9 do total, pecam por um dia e são assuntos todos eles de contratos Interadministrativos com as Juntas, daí estar a ser pedido pelos Presidentes de Junta que os dotem da capacidade de intervir junto a sua comunidade. Era só isso que eu queria adicionalmente dizer, compreendendo os argumentos que foram apresentados, creio que esta informação adicional pode ajudar-vos a tomar uma decisão ainda mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

[Handwritten signatures]

fundamentada do que estavam até agora. Obrigado senhor Presidente.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Vice-Presidente. Então é assim, falando de democracia. A democracia tem regras, como todos nós sabemos. Quando o assunto foi posto à consideração da Mesa da Assembleia, nesse mesmo dia reencaminhei para a Conferência de Representantes o email que recebi do Executivo. Efetivamente, houve deputados, na sua maioria, que se pronunciaram pela Convocatória pela realização de uma Conferência de Representantes e uma Convocatória de uma Sessão Extraordinária para dia 30. Isso para mim seria tudo muito tranquilo se o Regimento não dissesse outra coisa. O Regimento prevê que o Executivo, peça a introdução de assuntos na Assembleia. Prevê, nos termos do artigo que nós estamos a seguir aqui que é o número 3 do artigo 50, que o Executivo faça a apresentação dos motivos e que os deputados deliberem sobre isso. Prevê que são 2/3 de deputados para que seja reconhecida a urgência da deliberação.

Já trabalhamos há 3 anos, a única não conformidade com a Lei com que eu compactuei, como vocês sabem, porque isto foi falado nesta Assembleia, foi a introdução no nosso Regimento de uma coisa que não está na Lei. A Lei diz que apenas as Assembleias Ordinárias têm período antes da Ordem do Dia e Período do Públco. O nosso Regimento contraria a lei e em todas as sessões, sejam elas Ordinárias ou Extraordinárias, nós temos Período de Intervenção do Públco e temos Período Antes da Ordem do Dia. Portanto, sobre democracia desta Assembleia, deste Regimento, e desta Mesa penso que estamos todos apresentados, às vezes só precisamos é de fazer um *refresh* de memória.

Recordar também a Conferência de Representantes, que a discussão de assuntos do Município não se dá só no Período Antes da Ordem do Dia. Não houve um único assunto para Assembleia Extraordinária Temática que fosse à Conferência de Representantes, quer agradasse ao Executivo, quer não agradasse ao Executivo, que não fosse favoravelmente decidido e acordado em sede de Conferência de Representantes. Se os Senhores Deputados querem espaço para o debate político provoquem na Conferência de Representantes que fazemos Assembleias para debates exclusivamente políticos sobre os assuntos que quiserem, porque até hoje não houve um único assunto que fosse levado à Conferência de Representantes sobre o qual não fosse feita Sessão Extraordinária. Portanto, não vejo também que haja grande necessidade de, apenas para ter uma Sessão com o Período Antes da Ordem do Dia e o Período do Públco, que estejamos com estas coisas todas, falando



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

J, claramente como falamos. Eu no final já vos darei a palavra para o exercício do contraditório. Mas mesmo que esta fosse apenas a minha opinião, efetivamente o Regimento diz o que é que se faz quando há pedido de propostas a mais, traz-se à Assembleia e a Assembleia delibera por maioria de 2/3. Não houve uma única votação ainda aqui a não ser a do próprio Regimento que fosse feita por 2/3. ----- Naturalmente que, em democracia, o concordar e o discordar são tão legítimos um quanto o outro, e efetivamente nós em sede de Conferência de Representantes todas as nossas decisões foram até esta última, tomadas por consenso. Mas o consenso não é o consenso a todo o custo. As pessoas têm todo o direito de marcar as suas posições. O nosso consenso nunca foi um consenso podre, de dizer que sim só para dizer que sim. Em consciência temos concordado, como agora em consciência discordamos, isto é a democracia a funcionar. Para mim nada disto me incomoda e penso que a vocês também não. -----

Relativamente a este assunto eu já expressei aos líderes de bancada, e volto a reafirmar aqui, a legitimidade das posições de cada um, sejam elas quais forem, é inquestionável, portanto, isto para mim é a democracia a funcionar. Não somos obrigados a concordar, nem somos obrigados a discordar. Somos obrigados a seguir a nossa consciência. A mim, como Presidente da Mesa, compete-me tentar gerir as questões do Regimento com as questões da legalidade e com as questões dos interesses dos cidadãos, é isso que tenho feito, aliás continuarei a fazer dentro das minhas possibilidades, aliás como todos nós. Acho que todos nós temos estado sempre a remar para o mesmo lado, nesse sentido. No entanto, quer como Deputado, quer como Presidente, também tenho direito à minha opinião. Normalmente não a expresso, atendendo a esta função, mas como este se tornou um assunto fraturante eu penso que a devo usar não tanto como Deputado, mas até como Presidente. Porque se fosse como Deputado eu pedia ao Fernando Marques que me substituisse e ia falar dali, como penso que deve ser feito quando os Presidentes, ou alguém da Mesa usa da palavra enquanto Deputado, deve ocupar lugar na bancada ou de qualquer maneira fala do púlpito. -----

Se os assuntos cuja introdução foi proposta, não fossem assuntos de grande interesse das populações como é o caso, como já aqui foi falado, dos contratos interadministrativos, das obras nas escolas, dos abastecimentos de águas, de estradas em zonas do interior, em relação às quais um dia que seja de atraso já é demasiado e já sabemos que em muitos casos, como aqui também foi falado, muitas vezes esse atraso vai para além do aceitável. Se este assunto não fosse de grande



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

melindre concursal, como é o caso dos Apoios de Praia. Pela primeira vez o Município está a fazer um concurso que abrange todos os Apoios de Praia, são assuntos de melindre legal, de grande complexidade, que envolvem muitos interesses, envolvem muito dinheiro. São processos morosos que têm a ver com pareceres técnicos, muitas vezes exteriores, e o que é facto é que a não celeridade deste assunto pode pôr em causa que no início da época balneária esses concursos estejam adjudicados. Esta é a minha opinião, estou a expressá-la, tenho direito a fazê-lo, como os senhores Deputados também o fizeram livremente.

Se estes assuntos não tivessem a ver com a colocação de antenas no interior, como é o caso, que tanto delas necessitam e que todos nós temos a noção que muito tarde já isto está a andar, porque no que dependesse de todos nós já elas estavam em funcionamento há muito tempo.

Se se tratasse de assuntos fraturante ou polémicos, e recordo que todas estas propostas foram aprovadas por unanimidade com os Vereadores de todos os partidos com representação no Executivo, e recordo também que esta mesma Assembleia o mesmo tipo de assuntos, tirando os dos apoios de praia todos eles já cá vieram. E, no fundo, daquele conjunto de 11 propostas, porque a última foi deixada cair, nós temos 3 assuntos.

No fundo, senhores Deputados, para estudarem e para se pronunciarem em consciência têm 3 assuntos. Eu, como Deputado, tenho três assuntos: contratos interadministrativos, que aliás já vamos nas quartas alterações, nas quintas alterações, todas elas foram sempre pacíficas e nunca ninguém teve dúvidas; as antenas do interior, exatamente nos mesmos termos, são três antenas, mas é um assunto. Normalmente o Executivo pede para que seja apresentada apenas de uma vez; e os Apoios de Praia que, de facto, são novidade. Mas a complexidade do assunto mereceria naturalmente mais aprofundamento e isso também é a questão de ser ponderado. Mas aquilo que eu questiono, é o caso a caso em que este assunto é a primeira vez que surge, é um assunto complexo e precisamos de tempo. É que até em relação a assuntos que estão fartos de vir cá, os senhores Deputados estão a achar que o tempo foi pouco.

Eu recordo-vos que nos termos da Lei, os assuntos podem ser apresentados até 48 horas de antecedência. É isto que acontece nas reuniões do Executivo e aquilo que está na Lei e que rege o Executivo, é aquilo que está na mesma Lei que rege as Assembleias. Do ponto de vista do funcionamento democrático, podemos dizer que 48 horas não dá tempo para discutir nada, não dá tempo para preparar nada, mas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

- (Handwritten signatures)*
0. temos que ter a noção que a Lei o permite. -----
Conforme já foi dito, os senhores Deputados receberam estas propostas com uma semana de antecedência e, como já disse, não é a primeira vez que este género de assuntos vem, com exceção dos Apoios de Praia. Já nos conhecemos também o suficiente para saber que se me passasse pela cabeça qualquer tipo de tentativa de diminuir o escrutínio desta Assembleia, eu era o primeiro a atravessar-me. Não é o caso. O Executivo quando pediu a introdução destes assuntos pediu que fosse distribuído aos deputados com a máxima brevidade e já exatamente para dar a hipótese de que os assuntos fossem tratados. Seria para mim mais fácil compreender a mudança de posição das bancadas, relativamente a estas ocasiões, até em alturas em que a informação disponibilizada foi com muito menos antecedência. Nós estamos a falar em informação que foi disponibilizada com uma semana de antecedência. Entendemos todos, e todos fomos unâimes, até a bancada do PS, na questão de os assuntos serem colocados à última da hora. No entanto pela explanação de motivos quer do senhor Presidente, quer do senhor Vice-Presidente, penso que fica claro que não foram assuntos que se arrastaram e que se foram arrastando apenas porque sim e que só ganham urgência quando chegam a esta Assembleia. -----
É verdade que o Executivo não deve colocar assuntos à última da hora, somos todos unâimes nisso, ainda por cima já depois de feita a Convocatória da Ordem de Trabalhos, mas também entendo que é obrigação do Executivo pedir celeridade para aqueles assuntos de interesse das populações e interesse do Município. Marcadas as posições políticas de cada um, e penso que isso foi feito aqui com muita clareza, eu penso que centrando-nos todos no interesse das populações, no interesse do Município e no facto também desta realidade, quer antenas, quer contratos interadministrativos, é mais do mesmo, que já veio cá noutras ocasiões (e eu admito e dou de barato que a questão dos apoios de praia sendo urgente nunca ninguém a viu antes; o próprio Executivo a viu agora, ou seja é normal, por exemplo, que essa proposta pudesse ter que ser retirada para uma nova reunião), mas isto é apenas o meu sentir e a maneira como eu vejo as coisas. -----
Recordo que antes de passar à votação do reconhecimento da urgência da deliberação imediata, irei dar a palavra aos Grupos Municipais, que desejarem, para uma breve intervenção final de cada um, sem contagem de tempo também. Darei a palavra a quem a pedir. -----
Tem a palavra senhor Deputado Carlos Martins, do BE. -----
-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: Senhor Presidente, ouvi-o com atenção, nunca foi posto em causa o bom funcionamento da Assembleia pela Mesa e da legalidade, não foi posto em causa. O que se trata aqui é do direito dos deputados que é o direito à informação e o direito de poderem ter condições para discutir em tempo os assuntos. Já vimos todos eles são prioritários, mas também já vimos que esta justificação de pertença urgência não corresponde àquilo que foi exposto, nem pelo Senhor Presidente da Câmara, nem pelos membros das Freguesias, portanto, tudo poderia ser tratado há muito mais tempo e continuamos a debater que o assunto ser discutido para a semana não prejudica nada o andamento dos processos. Daquilo que ouvimos nós não vemos razões para alterar a nossa posição sobre este assunto. Obrigado.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Deputado. Senhores deputados, que pretendam usar da palavra, peçam-na que eu dou-a. Assim sendo, penso que estamos em condições de passar à votação. Senhor Deputado Telmo Pinto, pede-se a comparência junto à sua bancada para votação.

Uma vez que já estamos todos na sala, vamos passar à votação do reconhecimento da urgência da deliberação imediata e da alteração ou não da Ordem de Trabalhos, com a inclusão das Propostas que foram apresentadas.

Recordo, que nos termos do Regimento, artigo 50.º (...as Alterações à Ordem de Trabalhos, carecem da aprovação pela maioria qualificada de 2/3 dos Deputados presentes, através do reconhecimento da urgência da deliberação imediata).

Passou-se à votação;

- Reconhecimento da Urgência da Deliberação Imediata e da Alteração ou não da Ordem de Trabalhos com inclusão das propostas que foram apresentadas. -

A introdução das propostas na Assembleia, não foi reconhecida a urgência da deliberação imediata com 23 deputados a favor (22 PS, 1 PSD) e 13 deputados contra (7 PSD, 2 CHEGA, 1 BE, 1 CDS, 1 CDU, 1 PAN). Esta Proposta para ser aprovada exigia a maioria de 2/3 dos deputados presentes.

Em seguida, entraremos no Período da Ordem do Dia. Irá ser marcada Reunião da Conferência de Representantes, amanhã às 18.30, no nosso local habitual para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

[Handwritten signature]

discutirmos então a Ordem de Trabalhos da próxima Sessão. E nesse caso passaremos à alínea a). -----

Passou-se ao ponto seguinte do Período da Ordem do Dia; -----

a) - Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal e da Situação Financeira do Município, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; -----

O Presidente da CML tomou a palavra e disse: Senhor Presidente, permita-me só fazer um pedido, que uma vez que vai reunir amanhã com a Comissão Permanente, que a próxima Assembleia, seja convocada num curto espaço de tempo. -----

O Presidente da AML disse: Será esse o objetivo senhor Presidente, o mais brevemente possível, aliás estamos todos de acordo com isso. Só em relação à Ordem de Trabalhos, é que houve discordância. Para já, senhores Deputados da Conferência de Representantes, amanhã 18.30, aqui na sala da Assembleia e o resto discutiremos depois. -----

Senhor Presidente, estamos na alínea a) da Ordem de Trabalhos, tem a palavra. -----

O Presidente da CML tomou a palavra e disse: Senhor Presidente, relativamente ao mesmo ponto vai seguir o método que já aqui temos seguido várias vezes que é, coloco-me à disposição dos senhores Deputados para as perguntas que quiserem colocar relativamente ao Relatório apresentado. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Presidente. Senhores Deputados estão abertas as inscrições para quem pretender usar da palavra. Senhora Deputada Ana Poeta, do PAN, tem a palavra. -----

A Deputada Ana Poeta (PAN) tomou a palavra e disse: Obrigado senhor Presidente. Na Informação Escrita apresentada percebemos que o serviço médico veterinário refere que foram transferidos 12 cães para o ABSOL. Há uns meses esta Assembleia discutiu uma denúncia e foi referido que o Executivo estaria a fazer visitas de acompanhamento e queria realizar uma avaliação do espaço e fazer um relatório.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025





Poderemos concluir que o facto de ter enviado mais animais é porque não terão detetado fragilidades ou as mesmas foram de alguma forma suprimidas? ----- Outra questão, é relativamente à listagem das obras, é referido que estavam previstas iniciar em setembro as obras no antigo Casino de Quarteira e no edifício residencial na rua de São Paulo. Esta bancada gostaria de saber ver se já se iniciaram. Obrigada.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhora Deputada. Tem a palavra o senhor Vereador Abílio Sousa. -----

O Vereador Abílio Sousa tomou a palavra e disse: Em relação ao Casino de Quarteira, está na fase de consignação, ou seja, está na fase final. E a habitação na rua de São Paulo está de igual modo para consignação, ou seja, já está adjudicado a uma empresa, tanto como o outro, falta acertar a consignação para iniciar os trabalhos. -----

Relativamente à movimentação dos canídeos para a ABSOL, o relatório comprehende uma data entre 12 de junho e 11 de setembro, no entanto não especifica se foi mais em setembro, se foi mais em junho, mas aquilo que sei é que não têm existido entradas no Canil ABSOL, tanto que eles estiveram a fazer os melhoramentos que foram apontados como mais prementes, que eram melhoramentos no sombreamento e as limpezas, tanto na parte interna como na parte externa, com o apoio e colaboração da Câmara Municipal. Obrigado. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Vereador. Está inscrito o senhor Deputado Hélder Faísca, do PSD. -----

O Deputado Hélder Faísca (PSD) tomou a palavra e disse: Boa noite novamente e obrigado senhor Presidente. De facto, quando aqui há tempos falamos sobre o Canil ABSOL, quando surgiram as notícias, falou-se que o nosso Veterinário Municipal, teria capacidade de inspeção dos vários canis que existiam e eu perguntei se o veterinário fazia ou não fazia essas inspeções, essas visitas, e o senhor Presidente respondeu-me que se não fazia ia passar a fazer. Acontece que na Informação fala de inspeções do veterinário e não refere canil nenhum. Portanto, continua sem fazer? Vai fazer ou não vai fazer? -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

A. Relativamente a obras, a obra de recuperação dos arruamentos do centro histórico, diz que está em execução, eu de facto vi começar, mas acho que está parada há algum tempo. É impressão minha ou está mesmo parada, o que é que se passa? ---- Relativamente ao Mercado de Quarteira, eu vi algures que ia haver um prolongamento do prazo, não houve candidaturas? -----

Uma outra obra, que para mim fica estranha, que é na recuperação de património arquitetónico e histórico que é manutenção de caixilharias e limpeza do edifício Gama Lobo. Este edifício teve uma intervenção há pouco tempo, o que é a manutenção das caixilharias? Para mim é estranho, não sei o que é, o edifício foi inaugurado há pouco tempo, não estou enganado, pois não? -----

Relativamente às bicicletas partilhadas, de facto aqui fala que vai entrar, é referido que vamos ter bicicletas partilhadas, que acabaram as bicicletas de Vilamoura e nesse mesmo processo é referido que vamos ter as do concelho, que vão abranger Quarteira, Boliqueime, São Sebastião e São Clemente. Eu fico preocupado, eu ando de bicicleta diariamente, como toda a gente sabe, e cada vez evito mais a estrada porque eu acho que andar na estrada é um verdadeiro perigo, apesar de não concordar muito com as vias partilhadas, mas de facto a estrada está muito perigosa e parece-me que aqui a ideia destas bicicletas é ir de Loulé para Quarteira, de Quarteira para Almancil, de Almancil para Boliqueime e eu acho que se torna extremamente perigoso. Posso estar enganado, mas da leitura do projeto das bicicletas partilhadas, vão ser partilhadas para ir de Loulé para Quarteira, para ir de Quarteira para Almancil, fala lá na ligação, é o que fala, posso estar enganado, mas foi o que eu li. O que é que correu mal em Vilamoura? Parece-me que foi uma interrupção da manutenção, fala-se em 12 anos, mas na prática Vilamoura está parada com as bicicletas. Em Vilamoura estão paradas há uns 4 anos, quer dizer que o sistema durou 8 anos e eram bicicletas normais. Agora estamos a falar de bicicletas elétricas e aquilo que eu pergunto é será que isto vai durar mais que 8 anos? Mas o que me preocupa principalmente é a segurança porque da leitura percebi que podíamos apanhá-la em Loulé e largá-la noutro sítio qualquer, como Quarteira, e preocupa-me a segurança dessa viagem. Muito obrigado. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Deputado. Quem é que responde, senhor Presidente? Senhor Vereador Abílio Sousa, tem a palavra. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O Vereador Abílio Sousa tomou a palavra e disse: Em relação ao Canil, conforme está na informação diz vistorias a mercados porque os mercados, quer o de Quarteira, quer o de Loulé, são da competência do veterinário municipal, porque é a Autoridade Veterinária Municipal, que representa a Direção-Geral Veterinária no território do concelho de Loulé e faz também a inspeção do pescado na lota de Quarteira e colabora em determinadas situações, de controlo em restauração, faz também, em caso de denúncias, acompanhamentos com o Ministério Público, o ICNF e a DGAV e faz vistorias nos canis, quando necessário. Mas como deve entender, toda esta função inerente a um veterinário só para um território imenso como o concelho de Loulé e já chegou a dar acompanhamento ao município de Albufeira até há uns 3 ou 4 meses, que não tinha veterinário municipal e, claro, se calhar não faz com a periodicidade que devia fazer.

Em relação aos arruamentos da zona histórica, são uns trabalhos que já iniciaram e que vão parando e vão parar muitas vezes porque, como deve calcular, tudo o que é na zona histórica assim que aparecem trabalhos de arqueologia, que assim o justifiquem, existem paragens na execução da respetiva obra.

Em relação ao Mercado de Quarteira, o Mercado foi um concurso internacional por prévia qualificação, na primeira fase passaram 6 dos 7 concorrentes, agora está na fase de propostas de preço para ver quem é que faz o melhor preço e existiram erros e omissões, que são os termos técnicos que utilizam no procedimento e que tiveram que ser esclarecidos e, como tal, quando existe este período de esclarecimento há uma paragem no tempo e tem que ser feita a prorrogação para compensar o tempo da mesma paragem, ou seja, foi prorrogado por mais 20 dias, se não estou em erro..- Em relação às caixilharias da Gama Lobo. Se não estou em erro, a Gama Lobo foi inaugurada se calhar uns 4 ou 5 anos e é como tudo, é um edifício que tem muita utilização e tem que ter manutenção nas caixilharias, é tão simples como isso.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Vereador. Tem a palavra senhor Vice-Presidente, David Pimentel.

O Vice-Presidente, David Pimentel tomou a palavra e disse: Muito obrigado senhor Presidente. Apenas alguns esclarecimentos sobre o sistema público de bicicletas de uso partilhado. Este sistema que prevê 490 bicicletas para o concelho de Loulé, conforme o senhor Deputado disse, serão para Loulé, Quarteira, Vilamoura, Almancil, Quinta do Lago e Vale de Lobo. A ideia é elas balancearem porque no pico do Verão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O. haverá mais necessidades na zona litoral e durante o inverno haverá eventualmente mais necessidades na cidade de Loulé. As bicicletas funcionam por georreferenciação, não quer dizer que se consiga proibir a bicicleta de andar entre estes núcleos urbanos. A intenção que o Município tem é de criar uma infraestrutura segregada ciclável entre os polos urbanos para que no futuro, possa haver essa ligação. Mas uma bicicleta destas tem o tal condicionamento de georreferenciação que até permite, no limite, se a bicicleta entrar por exemplo na Rua das Lojas aqui em Loulé, ela pára de ser assistida eletricamente e torna-se uma bicicleta pesada para a pessoa efetivamente não ter vontade de pedalar nessa área. Se passar ao pé de uma escola pode-se também reduzir a velocidade assistida. Se sair fora do espetro daquilo que é a cidade de Loulé, a caminho de Quarteira ou de Almancil, a assistência elétrica também é bloqueada até ao momento em que o município tenha infraestruturas seguras para que as pessoas possam ciclar.

Sobre o sistema de Vilamoura, foi colocado em funcionamento em 2012, regra geral o prazo de vida útil dos sistemas de bicicletas do partilhado é de 8 anos, o prazo estimado de vida útil dos sistemas públicos de bicicletas partilhados é de aproximadamente 8 anos. O de Vilamoura já estava em fim de vida e foi retirado de circulação, precisamente por questões de salvaguarda de segurança e porque o reinvestimento naquela infraestrutura seria demasiado significativo para a utilização neste momento, estão a aguardar precisamente este concurso para que no próximo ano possam tê-lo no seu devido funcionamento. Já agora dar nota que este concurso público é para um prazo de 5 anos e no 4.º ano está previsto que as bicicletas fiquem praticamente novas, isto é, antes do novo concurso ou da integração na gestão do município, isso é uma realidade que poderá acontecer no 5.º ano, as bicicletas serão todas reformuladas naquilo que são as suas peças de desgaste e na sua imagem, garantindo que elas possam ter uma maior longevidade do que os 8 anos. Obrigado.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Vice-Presidente. Senhor Deputado Carlos Martins, do BE, tem a palavra.

O Deputado Carlos Martins (BE) tomou a palavra e disse: Obrigado senhor Presidente. Antes de mais felicitar a Câmara Municipal pelo contrato feito com o IHRU e pelas verbas concedidas do PRR para a aquisição dos 60 fogos em Loulé. Perguntamos, já foi aberto o processo de candidaturas de acesso aos 150 fogos destinados à renda apoiada e acessível anunciados pelo Executivo?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Aproveito para fazer duas sugestões; está em curso um investimento de cerca de 6,5 milhões de euros para a aquisição de bicicletas partilhadas. Sugeria que neste pacote fosse incluída a compra de bicicletas elétricas para distribuição aos funcionários para deslocação entre os dispersos serviços camarários e assim contribuirmos para a redução de viaturas em circulação na cidade de Loulé e para a saúde física dos colaboradores. Eu venho de bicicleta todos os dias da Pedragosa, até à cidade e acho que é um bom exercício físico.

Sugerimos também que a Agenda de Atividade do senhor Presidente da Câmara Municipal seja pública e de fácil consulta, a exemplo do que é praticado pelo senhor Presidente da República ou pelo Governo. Sabemos onde é que o Governo vai para a semana, mas não sabemos onde é que o senhor Presidente vai e no princípio da transparência deveria haver uma página da Câmara Municipal, onde os municípios pudessem consultar e saber onde o senhor Presidente, está. São duas sugestões de fácil aplicação e que contribuiriam bastante para a saúde e para a transparência. Obrigado.

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Deputado. Quem é que usa da palavra, senhor Vice-Presidente, David Pimentel, tem a palavra.

O **Vice-Presidente, David Pimentel** tomou a palavra e disse: Muito obrigado senhor Presidente e muito obrigado senhor Deputado Carlos Martins por estar preocupado com a saúde de todos nós, bem-haja e continue sempre assim e é por isso que vamos ter aqui em breve um Centro de Saúde fantástico aqui em Loulé, a ser inaugurado para melhorar a saúde da nossa comunidade.

O processo de candidatura dos 150 fogos, já foi respondido, está em preparação para se lançar tão breve quanto possível até porque os fogos estarão disponíveis no final do primeiro semestre do próximo ano, portanto, será uma candidatura a abrir em breve e tanto que eu mencionei que vai haver um posto de atendimento específico chamado Loulé Habita para receber os municíipes, pois às vezes é difícil perceber as várias terminologias, as várias soluções que temos de habitação, e queríamos fazer isso precisamente no lançamento do concurso. Será tão breve quanto possível.

Sobre os 6,5 milhões de euros para bicicletas, uma coisa é adquirir bicicletas, são 2,7 milhões de euros, que está no concurso público, não sabemos qual é que vai ser o preço base depois do concorrente, e depois é a operação e manutenção das bicicletas durante os 5 anos que é de 760.000,00€ por ano e isto é que o faz o valor total das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

A.

bicicletas. É preciso desmistificar o que é comprar bicicletas, estações de docagem, o que é que é operação balanceamento e manutenção das mesmas. Bicicletas elétricas para os funcionários já temos algumas e já circulam pela cidade eventualmente poderemos ter mais e os funcionários que as utilizam estão muito agradados porque deslocam-se mais rapidamente e é melhor para a saúde, se bem que elas são assistidas também eletricamente. Obrigado. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Vice-Presidente. Estão abertas as inscrições para os senhores Deputados que pretendam fazer uso da palavra. Não havendo inscrições passaremos às alíneas seguintes. O Executivo solicitou a apresentação conjunta das alíneas b) e c) uma vez que são sobre o mesmo tipo de assunto, alteração ao contrato Interadministrativo, gestão de áreas de serviço autocaravanas. Antes de vos dar a palavra e porque também nos estamos a aproximar da hora de encerramento desta Assembleia, sinto-me na obrigação de colocar dois assuntos relativamente a esta matéria, que se relaciona com contratos interadministrativos e votação dos senhores Presidentes de Junta. -----

Existe um parecer da DGAL que foi homologado em 19 de setembro de 2022, que vem dizer que os Presidentes de Junta de Freguesia, enquanto membros por inherência da Assembleia Municipal, não devem participar na votação dos contratos interadministrativos. Este assunto já vos foi enviado, quer o parecer da DGAL, quer o parecer da Associação Nacional de Assembleias Municipais. A ANAM não tem dúvidas que os pareceres da DGAL não se aplicam aos membros desta Assembleia, para além de que considera que a legislação que se aplica aos senhores Deputados, incluindo aos senhores Presidentes de Junta, que não tem sentido nenhum fazer este tipo de restrição. No fundo, e eu não sou jurista e temos aqui juristas entre nós, se lerem o parecer com atenção dá-me ideia de que há aqui uma confusão na interpretação da alínea quando diz "quando nele tenha um interesse por si como representantes ou gestores de negócios". Uma coisa é o representante ou gestor de negócio, que é uma coisa "pegada" representante de negócios ou gestor de negócios, outra coisa enquanto representantes da população que eles são. Se não vejamos, a participação dos Presidentes de Junta nas Assembleias Municipais está consignada na Constituição da República Portuguesa, portanto, legislação de mais alto nível para se aplicar na nossa República, não há. E, então, temos aqui uma espécie de contrassenso que é, o legislador entendeu meter os Presidentes de Junta automaticamente nas Assembleias Municipais como forma de os senhores



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Presidentes de Junta defenderem os interesses das suas populações e dos seus territórios. E agora temos um parecer da DGAL que diz que quando se tratar de defender interesses das suas populações e dos seus territórios eles não podem estar porque são representantes. Portanto, estou escudado no próprio parecer da ANAM, para mim é uma não questão. Os Presidentes de Junta de Freguesia que entendem que, nos termos da lei, devem pedir escusa, ou declarar-se impedidos, fá-lo-ão. Eu não impedirei um Presidente de Junta de votar nesta Assembleia quando ele é o legítimo representante dos fregueses que o elegeram.

Portanto, se quiserem usar da palavra sobre este assunto, ela é vossa e estaremos aqui para discutir opiniões. No fundo a legislação que se aplica aos senhores Deputados, incluindo aos Presidentes de Junta, diz exatamente quais são as circunstâncias em que devem declarar-se impedidos. Deputado Carlos Martins, do BE, tem a palavra.

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: Sobre esta matéria, como também não sou jurista, não podemos decidir qual dos pareceres é o mais correto. Aquilo que sabemos é que a DGAL, a Inspeção-Geral de Finanças e a CCDR são tutelados pelo Governo e aquilo também que sabemos é que a ANAM representa as Associações Municipais, portanto, eu vejo mais numa questão de precaução para que não sejam postos em causa futuramente por estas entidades coisas aprovadas com a participação dos Presidentes de Junta como parte interessada. Como cautela, julgo que nós deveríamos prever para não acontecer. Eu acho que os Presidentes de Junta têm as suas competências, eticamente não será muito correto votar na proposta que ele assinou, mas enquanto a lei não diz que é legal também não diz que é ilegal e nós ficamos assim com a dúvida, isto na questão da cautela de não estarmos a votar para depois amanhã vir a Inspeção-Geral de Finanças ou a DGAL dizer “olhe isto está incorreto”.

O **Presidente da AML** disse: Obrigado senhor Deputado. Atendendo ao adiantado da hora, e atendendo à matéria que estamos a tratar acho que devemos ter alguma algum cuidado com isso. Este parecer é de 2022, estamos em 2024, quer dizer que todas as decisões que foram tomadas desde 2022 em todo o país, estariam mal. Para além do mais, este parecer sendo 2022 só foi posto a circular recentemente, há cerca de um mês, portanto, ele ficou algures não sabe muito bem onde. Eu também sou uma pessoa cautelosa naquilo que acho que devo ser, mas acho que acima de tudo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

d.
devemo-nos reger por princípios. E os princípios aqui, quanto a mim, estão bem definidos é a Constituição da República. A Constituição da República quando dá aos Presidentes de Junta a sua integração das Assembleias Municipais, sem serem eleitos para esta Assembleia, mas por serem eleitos nas freguesias, é exatamente para defender os interesses das freguesias, nem poderia ser de outra maneira, senão o legislador estava doido. Portanto, esta questão para mim não se põe e mesmo que eventualmente, por qualquer razão kafkiana, se chegasse à conclusão que tínhamos de cumprir isto, estas decisões tomadas só podem ser (e eu pedia a colaboração dos juristas), no sentido de a única coisa que pode ser é que elas podem ser anuláveis. Se alguém que levantar a questão da anulabilidade destas decisões, essa anulabilidade será suprida com nova votação em que o requisito seja cumprido. Eu não estou a ver, sinceramente, que isso possa acontecer, mas, se acontecer, nenhum mal vem ao mundo, porque nós podemos sempre voltar a deliberar, nos termos de uma legislação qualquer que surge e que nos obriga isso, com efeitos retroativos às datas em que as outras foram tomadas, suprindo qualquer irregularidade que possa haver. Portanto esta é a primeira questão.

A ANAM é muito clara quando diz que o despacho da DGAL é uma solução interpretativa uniforme, no fundo para conjugar várias situações, e estas, nos termos da lei, só são vinculatórias para a própria DGAL, para a Inspeção-Geral de Finanças e para as CCDR, ou seja, os pareceres da DGAL não têm aplicação às Assembleias Municipais. Eu não sou jurista, mas a Associação Nacional tem juristas e este assunto está a ser tratado. Se alguém nesta Assembleia entender que é de outra maneira, qualquer Presidente de Junta que entenda que se deva retirar, fá-lo-á em consciência, nos termos, não disto, mas nos termos da legislação porque ele próprio se considera impedido. Caso contrário, eu não levantarei questões e quem entender que as deve levantar que as levante.

Surgiu a 14 de agosto, uma portaria 185/2024 de 14 de agosto, que vem sucintamente dizer que determinado tipo de entidades, cada vez que participa num concurso público, tem que preencher um modelo de Declaração de Inexistência de Conflito de Interesses. Isto aplica-se aos serviços e pessoas coletivas de autarquias locais que empreguem 50 ou mais trabalhadores e, consequentemente, aos seus membros dos órgãos de administração dirigentes e trabalhadores, sem prejuízo de que as pessoas coletivas que não sejam considerados entidades abrangidas deverão adotar instrumentos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas adequadas à sua dimensão e natureza, incluindo os que promovam a transparéncia administrativa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

e a prevenção dos conflitos de interesse. A Lei que se aplica aos eleitos locais tem estes mecanismos de controle da transparência que é quem não preencher os requisitos para estar presente sai, se não sair pode ser penalizado pela lei por ter participado numa decisão na qual não podia participar. Portanto, em contacto com outros Presidentes de Assembleia e com a Associação Nacional de Assembleias Municipais, tive conhecimento que a maior parte das Assembleias não está a dar cumprimento a isto e que foi pedida uma reunião ao Governo, uma reunião conjunta pelas três associações, a Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM), a Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP) e a ANAFRE, Associação Nacional das Juntas de Freguesia. No entender destas três associações nada disso se deve aplicar aos eleitos locais. Por maioria de razão e sendo certo que nesta leitura nem aos Executivos porque se lhes aplica a legislação referente aos eleitos locais pois os mecanismos de controle da corrupção já estão previstos, embora em relação a esses e como têm mais de 50 funcionários e a lei se aplica a estes, para o Executivo podem surgir dúvidas que a Associação Nacional de Municípios está também a contestar. No que diz respeito a isto, o nosso entendimento, enquanto Mesa, é continuar a fazer o nosso trabalho como sempre fizemos e no dia em que alguém levantar a questão se tivermos que repetir alguma votação fá-lo-emos. A Portaria é a 185/2024 de 14 de agosto.

Alguém mais quer usar da palavra para além do Carlos Martins? Não havendo inscrições, e agradecendo a todos que tornaram possível a realização desta Assembleia, a difusão da mesma, aos cidadãos que nos acompanharam aqui e nas redes sociais. Ao Executivo, aos Deputados e Deputadas desta nossa Assembleia, damos por concluída a mesma, informando que ela terá continuação no dia 30 de setembro pelas 21 horas. Os senhores Deputados que estão em substituição, não se considerem convocados, porque os Deputados efetivos poderão comparecer. No caso de ser necessário substituições, serão feitas novas substituições. Muito obrigado a todos.

O Presidente da Assembleia deu por terminada a sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente Ata cujos documentos anexos passam a fazer parte integrante, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA Sílvio Amorim

O 1º SECRETÁRIO Fernando Pereira Marques

A 2º SECRETÁRIA Veronica Werker



MOÇÃO DE APOIO AO POVO PALESTINIANO

Os acontecimentos do dia 7 de outubro de 2023 chocaram o mundo e desvendaram perante a opinião pública violência intrínseca à relação colonial que condiciona a existência de Israel e da Palestina desde 1948. O que se seguiu ao terror do massacre de civis desencadeado pelo Hamas foi a vingança de um Estado ocupante que há muito escolheu ignorar as leis da guerra e o direito humanitário. Perante todo este horror, António Guterres, secretário-geral das Nações Unidas, tem apelado ao cessar-fogo e à ajuda humanitária a Gaza.

O inalienável direito à autodeterminação e independência do povo palestiniano tem sido repetidamente afirmado pela Assembleia Geral da ONU que, desde 1994, aprova anualmente uma Resolução reiterando o direito do povo palestiniano à autodeterminação. À data, 138 dos 193 Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) e dois Estados não-membros reconhecem o Estado da Palestina, que tem também o estatuto de Estado Observador da Assembleia Geral da ONU desde a aprovação da Resolução 67/19, de novembro de 2012. Contudo, o não-reconhecimento do direito à autodeterminação e à viabilidade do estatuto independente da Palestina por parte de dezenas de países, entre os quais Portugal, tem constituído um fator de impedimento à construção de uma solução pacífica duradoura para a região.

Assim, a Assembleia Municipal de Loulé, reunida no dia 25 de Setembro de 2024, delibera:

1. Condenar a acção terrorista do Hamas que culminou com a morte de centenas de civis e exigir a libertação imediata dos reféns;
2. Repudiar a intervenção militar israelita em Gaza, nomeadamente a morte indiscriminada de civis (na sua maioria mulheres e crianças) e o ataque sistemático a infraestruturas e equipamentos sociais;
3. Exigir por parte do Hamas e do Governo de Israel o cumprimento da resolução do Conselho de Segurança da ONU que adotou uma resolução redigida pelos Estados Unidos, aprovada por 14 votos a favor e a abstenção da Rússia;
4. Apelar ao Governo português para que demonstre a sua clara oposição à ofensiva militar em Gaza desenvolvendo todos os esforços para assegurar uma exigência clara da comunidade internacional que termine de imediato com a intervenção militar.
Que reconheça o inalienável direito à autodeterminação e independência do povo palestiniano tem sido repetidamente afirmado pela Assembleia Geral que, desde 1994, aprova anualmente uma Resolução reiterando o direito do povo palestiniano à autodeterminação. À data, 138 dos 193 Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) e dois Estados não-membros reconhecem o Estado da Palestina.

Esta moção será remetida ao Primeiro-Ministro, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, ao Presidente da República, à Presidente da Assembleia da República, aos grupos parlamentares representados na Assembleia da República, às representações diplomáticas da Palestina e de Israel em Portugal e à representação das Nações Unidas em Portugal e ainda, às associações representativas do Poder Local, ANAM, ANMP e ANAFRE.

Loulé, 25 de Setembro de 2024

O Deputado Municipal do Bloco de Esquerda

Carlos José da Silva Martins

20/09/2024

do BE

Moção de atualidade e urgência

Entre os dias 15 e 19 do corrente mês, setembro, incêndios rurais assolaram diversas regiões do país, deixando um rastro de destruição de aproximadamente 121 000 hectares. Os distritos de Braga, Porto, Viseu, Vila Real e, em especial, Aveiro, foram severamente atingidos, sendo este último o mais fustigado, com cerca de 26.800 hectares consumidos pelas chamas.

Para além da perda irreparável de património, infraestruturas e biodiversidade, lamentamos profundamente o falecimento de 7 vidas humanas, incluindo 3 bombeiros que heroicamente combatiam o fogo na linha de frente.

É do conhecimento geral que as causas destes incêndios são multifatoriais, o abandono de terras agrícolas e florestais, as secas prolongadas e as altas temperaturas, a má gestão florestal e dos espaços rurais, e, por fim, ações negligentes ou criminosas.

Neste momento trágico, a Assembleia Municipal de Loulé expressa:

- Profundo pesar às famílias das vítimas mortais;
- Solidariedade com todos os feridos e lesados;
- Profunda gratidão a todos os bombeiros e demais profissionais que, com coragem e determinação, actuaram no combate a este flagelo;
- Agradecimento a todas as entidades e cidadãos que, de alguma forma, contribuíram para minimizar os danos e prestar apoio às vítimas. A solidariedade e o espírito de união demonstrados são um testemunho da força das nossas comunidades;
- Solidariedade a todas as autarquias afetadas, através, designadamente, das respetivas Assembleias Municipais.

Dito isto, dizer que é lamentável que, mais uma vez, o fogo tenha fustigado o nosso país, sem que tenha sido referida a urgência da organização do coberto vegetal, o pensar da floresta, a utilização de vegetação corta fogo nas bermas das estradas e a investigação da forma como as grandes corporações que pretendem instalar mais área de eucaliptos, o possam fazer sem monitorização ativa e obrigatória da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e dos ministérios da Agricultura e Pescas e do Ambiente e Energia.



Finalmente, mais do que atribuir/distribuir culpas e responsabilidades, este é o tempo maior vigilância coletiva, de solidariedade atuante, de procura de soluções que previnam e combatam de forma mais eficaz este flagelo para que deixe de ser recorrente.



Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista à Assembleia Municipal de Loulé.

H. M. R.

Loulé, 25 de setembro de 2024

1. Correcao. Em vez de "entre 15 e 18 de Setembro " colocar "entre 15 e 19 de Setembro "
2. Acrescentar. Antes do último parágrafo, dizer que é lamentável que, mais uma vez, o fogo tenha fustigado o nosso país, sem que tenha sido referida a urgência da organização do coberto vegetal, o pensar da floresta, a utilização de vegetação corta fogo nas bermas das estradas e a investigação da forma como as grandes corporações que pretendem instalar mais área de eucaliptos, o possam fazer sem monitorização activa e obrigatoria da APA e dos ministérios da agricultura e ambiente

ver na fine

h. m. r.
fine
Joaolam
H. M. R.

H. - Maria X

Ron

Audiencia

J. L.

Nuno Braga

J.

Nuno Freitas

Maria